

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	59
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	117
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	118
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	119
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.518
Preferenciais	59.981
Total	263.499
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Ordinária		1,54532
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Preferencial		1,54532

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.649.211	4.514.714
1.01	Ativo Circulante	1.179.868	1.060.847
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	467.157	410.335
1.01.01.01	Caixa e Bancos	335	544
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	466.822	409.791
1.01.03	Contas a Receber	696.768	618.746
1.01.03.01	Clientes	686.377	613.894
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	105.989	85.860
1.01.03.01.02	Recebíveis de Concessão de Serviços	580.388	528.034
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.391	4.852
1.01.04	Estoques	786	786
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.157	30.980
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.157	30.980
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	15.157	30.980
1.02	Ativo Não Circulante	3.469.343	3.453.867
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.298.206	3.299.716
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	60.998
1.02.01.01.03	Outros Investimentos	0	60.998
1.02.01.03	Contas a Receber	68	3.274
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	68	3.274
1.02.01.06	Tributos Diferidos	586.947	637.308
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	586.768	636.579
1.02.01.06.02	Tributos Diferidos	179	729
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.711.191	2.598.136
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.598	3.385
1.02.01.09.04	Recebíveis de Concessão de Serviços	2.707.593	2.594.751
1.02.02	Investimentos	154.235	137.251
1.02.02.01	Participações Societárias	154.235	137.251
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	154.235	137.251
1.02.03	Imobilizado	12.949	12.741
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.949	12.741
1.02.04	Intangível	3.953	4.159

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.649.211	4.514.714
2.01	Passivo Circulante	431.772	297.019
2.01.02	Fornecedores	6.573	10.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.768	14.884
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.768	14.884
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.768	14.884
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.808	46.201
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.392	16.453
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.392	16.453
2.01.04.02	Debêntures	44.416	29.748
2.01.05	Outras Obrigações	359.623	225.310
2.01.05.02	Outros	359.623	225.310
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	333.418	203.600
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	15.717	12.003
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	10.488	9.707
2.02	Passivo Não Circulante	1.823.598	1.709.341
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.450.203	1.447.379
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.249	32.399
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.249	32.399
2.02.01.02	Debêntures	1.429.954	1.414.980
2.02.02	Outras Obrigações	26.778	6.115
2.02.02.02	Outros	26.778	6.115
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	26.778	6.115
2.02.03	Tributos Diferidos	346.286	255.557
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	346.286	255.557
2.02.03.01.01	Impostos e Contribuições Diferidos	256.846	170.635
2.02.03.01.02	Tributos Diferidos	89.440	84.922
2.02.04	Provisões	331	290
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	331	290
2.03	Patrimônio Líquido	2.393.841	2.508.354
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.536	1.312.536
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	64.297	601.311
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	203.599
2.03.04.10	Reserva de Lucros	64.297	397.712
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	422.501	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	458.830	768.974	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.707	-34.955	0	0
3.02.01	Pessoal e Administradores	-6.123	-17.056	0	0
3.02.02	Material	-2.296	-5.551	0	0
3.02.03	Serviços de Terceiros	-3.885	-8.646	0	0
3.02.04	Depreciação e Amortização	-108	-325	0	0
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-295	-3.377	0	0
3.03	Resultado Bruto	446.123	734.019	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.562	-7.865	181.634	344.215
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.750	-25.562	-5.625	-15.345
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-5.610	-15.710	-570	-1.676
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-3.612	-6.810	-1.615	-3.322
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-263	-792	-3.370	-10.112
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-1.265	-2.250	-70	-235
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.312	17.697	187.259	359.560
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	448.685	726.154	181.634	344.215
3.06	Resultado Financeiro	-37.213	-109.684	-9.749	-30.540
3.06.01	Receitas Financeiras	11.611	41.892	3.613	4.588
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.824	-151.576	-13.362	-35.128
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	411.472	616.470	171.885	313.675
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-134.551	-193.969	-126	-380
3.08.01	Corrente	-27.505	-57.947	0	0
3.08.02	Diferido	-107.046	-136.022	-126	-380
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	276.921	422.501	171.759	313.295
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	276.921	422.501	171.759	313.295
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.01.02	PN	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898
3.99.02.02	PN	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	276.921	422.501	171.759	313.295
4.03	Resultado Abrangente do Período	276.921	422.501	171.759	313.295

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	541.334	113.240
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	691.967	6.225
6.01.01.01	Resultado no Período	422.501	313.295
6.01.01.02	Receita de Equivalência Patrimonial	-17.697	-359.560
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.117	10.112
6.01.01.04	Provisão para Contingências	41	0
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuo	149.983	41.998
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.022	380
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-150.633	107.015
6.01.02.01	(Aumento) no Contas a Receber de Clientes e de Concessão de Serviços	-185.325	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução no saldo de Impostos e Contribuições Sociais ativos líquido do passivo	5.706	-2.372
6.01.02.04	(Aumento) Redução no saldo de Impostos e Contrib. Diferidos ativos líquido do passivo	1	0
6.01.02.05	Redução no saldo de Tributos Diferidos ativos líquido do passivo	5.068	0
6.01.02.07	Redução no saldo de Outros Créditos	2.806	109.671
6.01.02.08	(Redução) no saldo de Fornecedores	-4.051	-126
6.01.02.09	Aumento no saldo de Taxas Regulamentares	3.714	0
6.01.02.10	Aumento (redução) no saldo de Outras Contas a Pagar	21.448	-158
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	55.239	0
6.02.01	Redução no saldo de Outros Investimentos em longo prazo	60.998	0
6.02.02	Baixas no Imobilizado e Intangível	-1.119	0
6.02.03	Aumento de Capital na Controladora em Conjunto	-4.640	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-539.751	7.395
6.03.02	Debêntures	0	600.000
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Principal)	-12.150	-550.000
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Juros)	-3.897	-42.605
6.03.05	Pagamento de Debêntures (Juros)	-116.505	0
6.03.06	Dividendos Pagos	-407.199	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	56.822	120.635
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410.335	22.568
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	467.157	143.203

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-537.014	0	0	-537.014
5.04.06	Dividendos	0	0	-203.599	0	0	-203.599
5.04.08	Destinação da Reserva Especial Como Dividendos Adicionais	0	0	-333.415	0	0	-333.415
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.501	0	422.501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.501	0	422.501
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	64.297	422.501	0	2.393.841

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	313.295	0	313.295
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	313.295	0	313.295
5.07	Saldos Finais	1.312.536	412.223	149.195	646.710	0	2.520.664

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	821.248	0
7.01.02	Outras Receitas	821.248	0
7.01.02.01	Operação, Manutenção e Remuneração do Ativo Financeiro	788.481	0
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	32.767	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.728	-3.369
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.006	-3.322
7.02.04	Outros	-4.722	-47
7.03	Valor Adicionado Bruto	795.520	-3.369
7.04	Retenções	-1.118	-10.112
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.118	-10.112
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	794.402	-13.481
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.170	364.148
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.697	359.560
7.06.02	Receitas Financeiras	41.892	4.588
7.06.03	Outros	581	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	854.572	350.667
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	854.572	350.667
7.08.01	Pessoal	27.461	1.655
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.026	1.652
7.08.01.02	Benefícios	5.166	3
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.269	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	252.453	589
7.08.02.01	Federais	252.127	474
7.08.02.02	Estaduais	219	115
7.08.02.03	Municipais	107	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.157	35.128
7.08.03.01	Juros	149.018	33.503
7.08.03.03	Outras	3.139	1.625
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	422.501	313.295
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422.501	313.295

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.705.260	4.576.109
1.01	Ativo Circulante	1.200.952	1.081.675
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	473.778	414.578
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.020	1.115
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	472.758	413.463
1.01.03	Contas a Receber	711.161	634.822
1.01.03.01	Clientes	705.640	630.356
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	108.942	88.004
1.01.03.01.02	Recebíveis de Concessão de Serviços	596.698	542.352
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.521	4.466
1.01.04	Estoques	786	786
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.227	31.489
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.227	31.489
1.02	Ativo Não Circulante	3.504.308	3.494.434
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.487.406	3.477.534
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.984	62.835
1.02.01.01.03	Outros Investimentos	1.984	62.835
1.02.01.06	Tributos Diferidos	587.025	639.393
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	586.846	638.664
1.02.01.06.02	Tributos Diferidos	179	729
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.898.397	2.775.306
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.787	3.579
1.02.01.09.04	Recebíveis de Concessão de Serviços	2.894.574	2.769.725
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	36	2.002
1.02.03	Imobilizado	12.949	12.741
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.949	12.741
1.02.04	Intangível	3.953	4.159

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.705.260	4.576.109
2.01	Passivo Circulante	442.348	308.495
2.01.02	Fornecedores	7.542	11.578
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.302	16.468
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.302	16.468
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.302	16.468
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	68.669	54.017
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.253	24.269
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.253	24.269
2.01.04.02	Debêntures	44.416	29.748
2.01.05	Outras Obrigações	360.835	226.432
2.01.05.02	Outros	360.835	226.432
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	333.418	203.600
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	16.092	12.368
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	11.325	10.464
2.02	Passivo Não Circulante	1.869.071	1.759.260
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.484.714	1.487.279
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.760	72.299
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	54.760	72.299
2.02.01.02	Debêntures	1.429.954	1.414.980
2.02.02	Outras Obrigações	27.186	7.509
2.02.02.02	Outros	27.186	7.509
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	27.186	7.509
2.02.03	Tributos Diferidos	356.672	264.013
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	356.672	264.013
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos	98.815	93.378
2.02.03.01.02	Impostos e Contribuições Diferidos	257.857	170.635
2.02.04	Provisões	499	459
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	499	459
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.393.841	2.508.354
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.536	1.312.536
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	64.297	601.311
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	203.599
2.03.04.10	Reserva de Lucros	64.297	397.712
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	422.501	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	478.061	798.372	298.297	628.558
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.751	-38.640	-15.507	-47.544
3.02.01	Pessoal e Administradores	-6.199	-17.292	-5.954	-18.645
3.02.02	Material	-2.461	-7.145	-2.674	-5.459
3.02.03	Serviços de Terceiros	-4.618	-10.342	-4.259	-15.812
3.02.04	Depreciação e Amortização	-108	-325	-105	-303
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-365	-3.536	-2.515	-7.325
3.03	Resultado Bruto	464.310	759.732	282.790	581.014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.777	-25.981	-10.436	-30.869
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.777	-25.981	-10.436	-30.869
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-5.627	-15.731	-3.120	-9.519
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-3.626	-7.158	-2.848	-7.930
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-263	-792	-3.583	-10.693
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-1.261	-2.300	-885	-2.727
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	453.533	733.751	272.354	550.145
3.06	Resultado Financeiro	-38.904	-113.590	-24.925	-90.265
3.06.01	Receitas Financeiras	11.792	42.579	15.888	34.354
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.696	-156.169	-40.813	-124.619
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	414.629	620.161	247.429	459.880
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-137.708	-197.660	-75.670	-146.585
3.08.01	Corrente	-27.818	-58.620	-38.009	-112.235
3.08.02	Diferido	-109.890	-139.040	-37.661	-34.350
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	276.921	422.501	171.759	313.295
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	276.921	422.501	171.759	313.295
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	276.921	422.501	171.759	313.295
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.01.02	PN	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898
3.99.02.02	PN	1,05094	1,60343	0,65184	1,18898

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	276.921	422.501	171.759	313.295
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	276.921	422.501	171.759	313.295
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	276.921	422.501	171.759	313.295

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	548.787	446.271
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	716.906	471.992
6.01.01.01	Resultado no Período	422.501	313.295
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.117	10.996
6.01.01.04	Provisão para Contingências	40	283
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuo	154.208	113.068
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	139.040	34.350
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-168.119	-25.721
6.01.02.01	(Aumento) no Contas a Receber de Clientes e de Concessão de Serviços	-200.133	-37.415
6.01.02.02	Redução no saldo de Estoques	0	33
6.01.02.03	Redução (aumento) no saldo de Impostos e Contribuições Sociais ativos líquido do passivo	5.096	-1.889
6.01.02.04	Redução no saldo de Impostos e Contrib. diferidos ativos líquido do passivo	139.040	8.502
6.01.02.05	(Aumento) redução no saldo de Tributos diferidos ativos líquido do passivo	-133.053	1.791
6.01.02.07	Redução no saldo de Outros Créditos	703	22.653
6.01.02.08	(Redução) no saldo de Fornecedores	-4.036	-8.464
6.01.02.09	Aumento (redução) no saldo de Taxas Regulamentares	3.724	-61
6.01.02.10	Aumento (redução) no saldo de Outras Contas a Pagar	20.540	-10.871
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	59.732	-14.334
6.02.01	Redução (Aumento) no saldo de Outros Investimentos	60.851	-3.015
6.02.02	Adição/Baixas no Imobilizado e Intangível	-1.119	-11.319
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-549.319	-132.256
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos adquiridos	0	24.592
6.03.02	Debêntures	0	596.906
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Principal)	-17.917	-641.279
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Juros)	-7.699	-112.475
6.03.05	Pagamento de Debêntures (Juros)	-116.504	0
6.03.06	Dividendos Pagos	-407.199	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	59.200	299.681
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	414.578	119.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	473.778	418.976

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354	0	2.508.354
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354	0	2.508.354
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-537.014	0	0	-537.014	0	-537.014
5.04.06	Dividendos	0	0	-203.599	0	0	-203.599	0	-203.599
5.04.08	Destinação da Reserva Especial Como Dividendos Adicionais	0	0	-333.415	0	0	-333.415	0	-333.415
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.501	0	422.501	0	422.501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.501	0	422.501	0	422.501
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	64.297	422.501	0	2.393.841	0	2.393.841

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369	0	2.207.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369	0	2.207.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	313.295	0	313.295	0	313.295
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	313.295	0	313.295	0	313.295
5.07	Saldos Finais	1.312.536	412.223	149.195	646.710	0	2.520.664	0	2.520.664

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	853.295	671.653
7.01.02	Outras Receitas	853.295	671.653
7.01.02.01	Operação, Manutenção e Remuneração do Ativo Financeiro	820.707	624.955
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	32.588	46.698
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.553	-34.594
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.645	-29.201
7.02.04	Outros	-4.908	-5.393
7.03	Valor Adicionado Bruto	823.742	637.059
7.04	Retenções	-1.117	-10.996
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.117	-10.996
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	822.625	626.063
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.203	35.888
7.06.02	Receitas Financeiras	42.579	34.354
7.06.03	Outros	624	1.534
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	865.828	661.951
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	865.828	661.951
7.08.01	Pessoal	27.659	23.390
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.198	18.387
7.08.01.02	Benefícios	5.177	3.718
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.284	1.285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	258.875	199.113
7.08.02.01	Federais	258.541	196.679
7.08.02.02	Estaduais	226	1.901
7.08.02.03	Municipais	108	533
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	156.793	126.153
7.08.03.01	Juros	153.426	122.042
7.08.03.03	Outras	3.367	4.111
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	422.501	313.295
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422.501	313.295

Comentário do Desempenho



Resultado Consolidado 3T11

Resultado Robusto, Dividendos, Aprovações e Notas Promissórias



Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 2011 – A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (BM&FBovespa: TRNA11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do 3T11. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da CVM (“GAAP Brasileiro”).

José Aloíse Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Paulo Ferreira	Gerente de RI
Anna Luisa Bacellar	Analista de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br

Comentário do Desempenho**Teleconferência em Português**

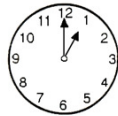
10 de Novembro de 2011

Quinta-feira

BRASILIA
4:00 PM

Telefone: +55 11 3127 4971

Senha: TAESA

NY
1:00 PM

Replay: +55 11 3127 4999

Senha: 10755859

Resultado Consolidado 3T11

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., **TAESA**, apresenta nesse Release os resultados financeiros e operacionais, acompanhados pelos principais destaques do terceiro trimestre de 2011. Em adição, a Companhia também apresenta uma visão institucional de seu negócio.

Em cumprimento às novas regras contábeis em vigor no Brasil, a partir de dezembro de 2010, os efeitos da aplicação do IFRS estão refletidos nas demonstrações financeiras. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato anterior, para permitir a comparação com outros exercícios.

Comentário do Desempenho

Resultado Consolidado 3T11

Resultado Robusto, Dividendos, Aprovações e Notas Promissórias

Os resultados do terceiro trimestre de 2011 mostram que a TAESA está mantendo o rumo, entregando resultados consistentes baseados em sua eficiência operacional. A Margem EBITDA não ajustada para o IFRS atingiu 90,2% e o Lucro Líquido acumulado no ano totalizou R\$ 422,5 MM

Em 31 de outubro, a Companhia pagou o saldo remanescente de dividendos de R\$ 333MM, totalizando R\$ 741MM em 2011, com um DPA total de R\$ 2,81 ou R\$ 8,43 por UNIT.

Passos importantes foram tomados para a conclusão do negócio com a ABENGOA e agora a Companhia está focada na obtenção das aprovações pendentes. A TAESA financiará este negócio através da emissão de notas promissórias, conforme decisão da AGE realizada em 10 outubro de 2011. A Companhia espera, no curto prazo, substituir estas notas por um instrumento de dívida de longo prazo.

Nas próximas páginas, todos os temas acima mencionados são cuidadosamente retratados, seguidos pelos resultados do terceiro trimestre de 2011.

Comentário do Desempenho



Resultados Consolidados 3T11

■ Conhecendo a TAESA Páginas 6 à 13

Essa seção contém uma visão institucional, apresentando os principais aspectos do negócio da companhia, contextualizando a TAESA dentro do setor de transmissão. Aqueles já familiarizados com o negócio e com o setor podem ir direto à página 14.

■ Destaques Páginas 14 à 16

Essa seção contém os destaques do 3T11: Emissão de Notas Promissórias; Pagamento de Dividendos de R\$ 333 MM; Convolação da 4ª série de debêntures de subordinada para a quirografia e Participação da TAESA no último leilão.

■ Resultados 3T11 Páginas 17 à 30

Essa seção contém informações completas sobre os resultados do 3T11, detalhando Receita Líquida, Custos e Despesas, Despesas Financeiras, Impostos, Lucro Líquido, Endividamento e Fluxo de Caixa.

■ Demonstrações Financeiras Páginas 31 à 35

Essa seção contém os principais demonstrativos financeiros do 3T11. No fim da seção também está disponível um resumo financeiro com os principais números da TAESA desde 2007.

■ Performance do UNIT Página 36

Essa seção contém informações sobre a performance do UNIT TRNA11 desde 2007.

Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

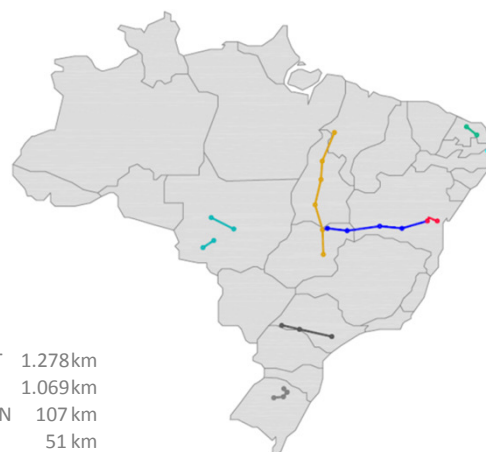
■ Transmissora Estrategicamente Posicionada

A TAESA, empresa privada, listada em bolsa, controlada por CEMIG GT e FIP COLISEU, é um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de RAP. A Companhia tem atualmente 241 funcionários, a maioria deles dedicados à operação e manutenção.

A empresa é exclusivamente dedicada à construção, operação e manutenção de linhas de transmissão e de suas subestações associadas.

Com presença em todas as regiões do país, a TAESA opera um total de 3.712 km de linhas de transmissão (2.447 km em 500kV, 502km em 440kV, 763km em 230kV) e 28 subestações.

A TAESA detém atualmente 8 concessões de transmissão, sendo que em 6 delas possui 100% do controle acionário.



NVT	1.278km
TSN	1.069km
MUN	107 km
GTE	51 km
PAT	135 km
ETE	502 km
ETA	188 km
BRA	382 km

■ Ambiente Regulatório Estável

O Sistema Interligado Nacional (“SIN”) é um sistema de geração e transmissão de energia elétrica de grande porte, operado por empresas privadas de capital fechado, empresas privadas de capital aberto e empresas estatais, e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Segundo o ONS, o SIN é responsável pelo atendimento de cerca de 98% do mercado brasileiro de energia elétrica e a extensão de sua rede atinge aproximadamente 100 mil km de linha com capacidade maior ou igual a 230kV.

Os ativos de transmissão que formam essa rede são regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Aneel regula o setor de transmissão através de um modelo de *Revenue Cap*, segundo o qual as empresas que operam os ativos recebem receita (RAP – Receita Anual Permitida) baseada na disponibilidade da linha e não no volume de energia transmitido no sistema.

Todas as concessões da TAESA estão inseridas no SIN. A Companhia nunca sofreu perdas devido à falta de pagamento dos seus clientes, assim, na opinião da companhia, o ambiente regulatório brasileiro é estável e confiável.

Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

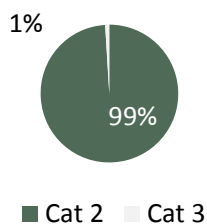
Concessões de Alta Qualidade

As concessões inseridas na rede de transmissão brasileira têm direito a receber as receitas (RAP) com base na disponibilidade da linha, portanto, não estão expostas ao risco de volume. Essas concessões podem ser divididas em três categorias principais, conforme descrito abaixo:

Categorias	Descrição
1 Antes de 1998	Em 1998, ANEEL definiu a RAP para as concessões existentes. De acordo com o regulamento, estas concessões possuem a RAP ajustada anualmente pelo IGP-M e seus contratos vencem em 2015. Algumas dessas concessões estão sujeitas a revisão tarifária.
2 De 1999 até Nov-2006	Projetos <i>Greenfield</i> leiloados entre 1999 e novembro de 2006. A RAP dessas concessões foi definida em um processo de leilão reverso e são ajustadas anualmente pelo IGPM (até 2004) ou pelo IPCA. No 16º ano de operação, essas concessões terão suas RAPs reduzidas pela metade. Por outro lado não sofrem revisão tarifária ao longo do período de concessão. Estas concessões foram outorgadas por 30 anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.
3 A partir de Nov-2006	Projetos <i>Greenfield</i> leiloados a partir de novembro de 2006. A RAP dessas concessões é definida em um processo de leilão reverso e são ajustadas anualmente pelo IPCA e sofrerão periodicamente uma revisão tarifária restrita. Estas concessões são outorgadas por 30 anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.

As concessões da TAESA estão concentradas principalmente na categoria **2** conforme mostrado na tabela abaixo.

TAESA
RAP por Categoria



Concessões	Categoria	Assinatura do Contrato de Concessão	Redução da RAP	Termino	Indice	Revisão Tarifária
NVT	2	2000	jul/18	dez/30	IGPM	NÃO
TSN	2	2000	jun/18	dez/30	IGPM	NÃO
ETEO	2	2000	out/16	mai/30	IGPM	NÃO
ETAU	2	2002	jul/20	dez/32	IGPM	NÃO
PATESA	2	2002	jun/19	dez/32	IGPM	NÃO
GTESA	2	2002	jun/19	jan/32	IGPM	NÃO
MUNIRAH	2	2004	out/19	fev/34	IGPM	NÃO
BRASORTE	3	2008	NÃO	fev/38	IPCA	SIM

Comentário do Desempenho

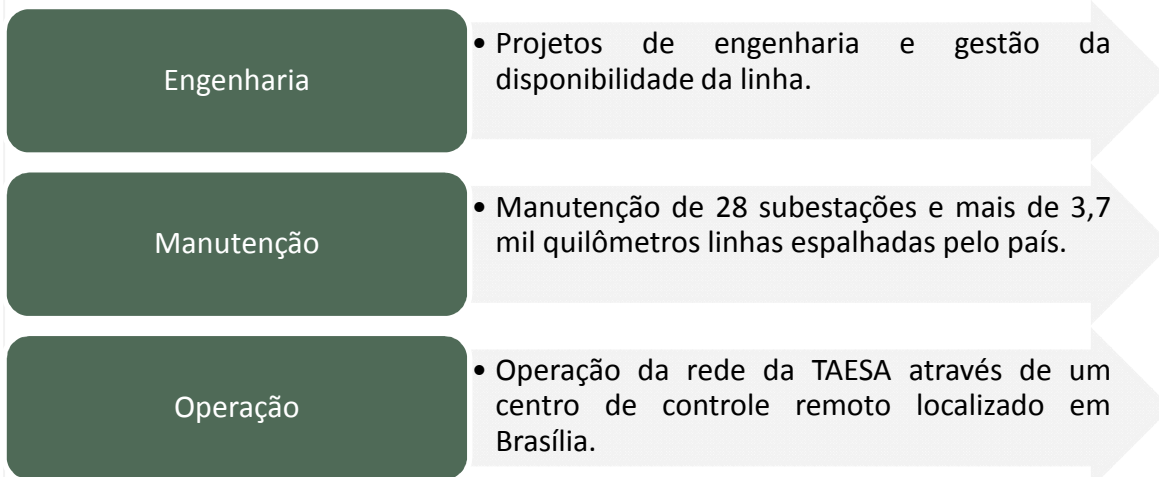


Conhecendo a TAESA

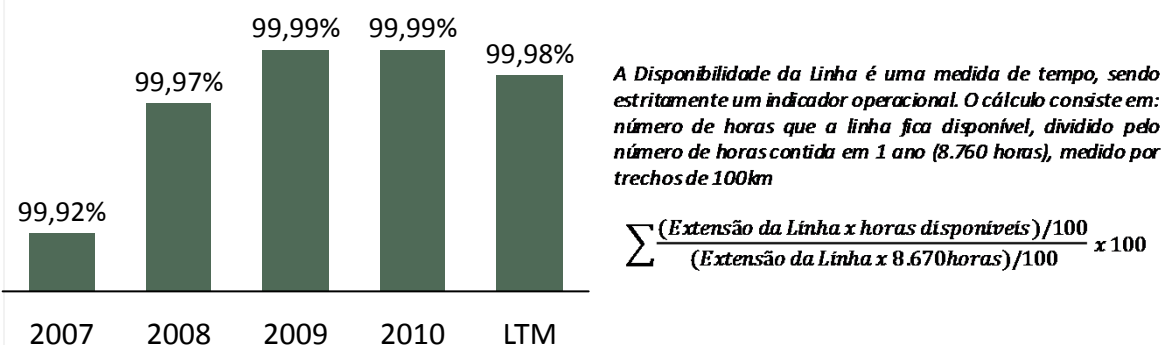
Resultado Consolidado 3T11

■ Eficiente na Frente Operacional

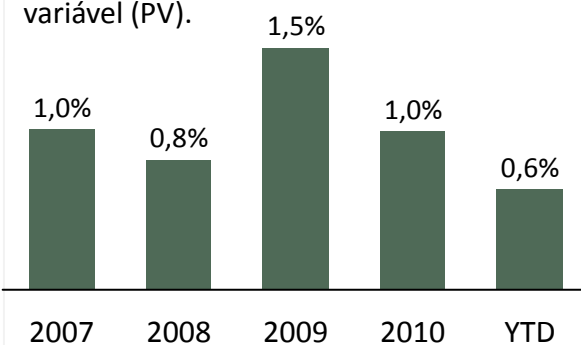
A Companhia busca constantemente prestar serviços públicos de alta qualidade para os usuários finais de sua infraestrutura (incluindo geradores de eletricidade e distribuidores). A fim de garantir um elevado nível de serviço, a TAESA optou por operar e manter os ativos com equipe própria. A equipe operacional da TAESA está dividida em três atividades principais:



A TAESA apresentou um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, tendo mantido regularmente a disponibilidade da linha acima de 99%. A TAESA apresentou nos últimos 12 meses uma taxa média consolidada de disponibilidade de 99,98%, conforme gráfico abaixo:



A disponibilidade da linha, conforme apresentado no gráfico acima, é um indicador operacional relevante, mas é uma medida de tempo. O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV).



Devido ao comportamento aleatório da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia em termos de PV é analisar o valor anual da PV dividido pela RAP anual, como mostra o gráfico à esquerda. Até Setembro de 2011 a PV/RAP atingiu 0,6%.

Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

■ Proteção Natural Contra a Inflação

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGPM ou IPCA, o negócio da TAESA é naturalmente protegido contra aumentos de inflação.

Ciclo	IPCA	IGP-M
2007/2008	3,2%	4,4%
2008/2009	5,6%	11,5%
2009/2010	5,2%	3,6%
2010/2011	5,2%	4,2%
2011/2012	6,6%	9,8%

A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação 12 meses (IGPM ou IPCA), de junho do ano anterior à maio do ano em referência. A tabela à esquerda mostra o ajuste anual da RAP desde 2007.

Em junho de 2011 a ANEEL publicou o Ciclo da RAP 2011/2012, conforme o detalhe apresentado na página 22.

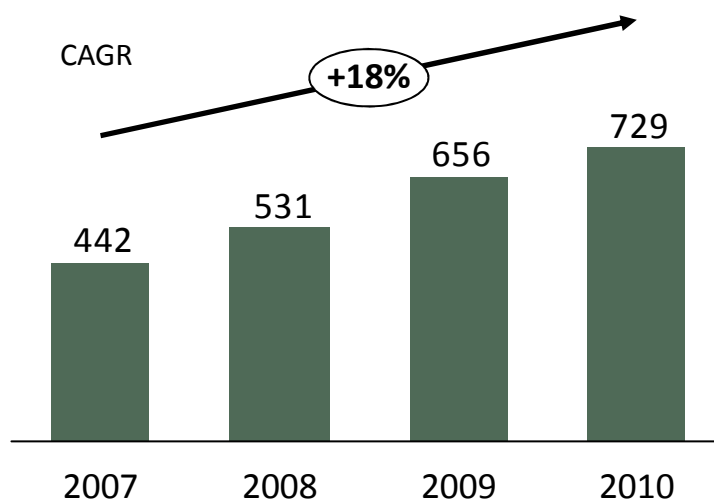
■ Fluxo de Caixa Robusto e Estável

Um dos aspectos mais importantes do negócio TAESA é a estabilidade do seu fluxo de caixa operacional. Além de ser estável, o fluxo de caixa operacional da empresa também é fácil de ser previsto já que a receita da Companhia é definida por um contrato de concessão e as margens também são estáveis.

Uma maneira precisa de compreender a capacidade de geração de caixa da TAESA é analisar a evolução do EBITDA não ajustado para o IFRS.

O EBITDA não ajustado para o IFRS é um indicador financeiro chave devido a sua aderência ao fluxo de caixa operacional da companhia.

O gráfico acima e a direita mostra a evolução do EBITDA não ajustado de 2007 até 2010 que apresentou um crescimento composto anual de 18%. A estabilidade e a força do fluxo de caixa operacional preparam o terreno para a política de dividendos da Companhia.



Resumo do Fluxo de Caixa	2007	2008	2009	2010
Caixa Inicial	521	317	301	178
Fluxo de Caixa	14	136	189	406
Caixa Antes dos Dividendos	535	452	490	584
Dividendos	218	152	312	106
Caixa Final	317	301	178	477

Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

Histórico de Dividendos

De acordo com seu estatuto social, a TAESA deve distribuir pelo menos 50% do seu Lucro Líquido. A tabela abaixo mostra o Lucro Líquido e o pagamento de Dividendos desde 2006.

R\$ MM	ANTES DO IFRS				IFRS	
	2006	2007	2008	2009	2010	YTD
Lucro Líquido	127	255	188	288	429	423
Dividendo Máximo (95% payout)	121	242	178	273	407	401
Dividendos Declarados	121	191	94	167	407	
Payout	95%	75%	50%	58%	95%	
Reserva de IFRS	-	-	-	-	333	
Declarado + Reserva de IFRS	121	191	94	167	741	
Pagamento de Dividendos	27	218	152	312	106	741
Lucro Líquido Acumulado	127	382	570	857	1.286	1.708
Dividendo Máximo Acumulado	121	363	541	814	1.222	1.623
Reserva de IFRS Acumulada	-	-	-	-	333	333
Máximo + Reserva	121	363	541	814	1.555	1.956
Pagamento de Dividendos Acumulado	27	245	397	708	814	1.555

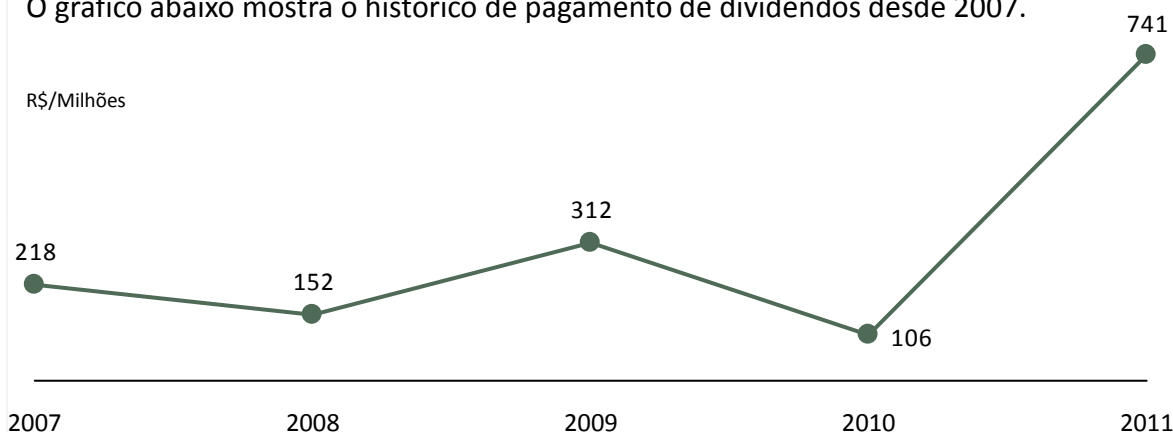
Em 2009, a empresa distribuiu o saldo de dividendos de anos anteriores

- Dividendo Máximo (95% payout) é o máximo que a empresa pode declarar.
- Pagamento de dividendos é o valor que a empresa realmente pagou.

Em 2011, a TAESA distribuiu 95% do Lucro Líquido de 2010, que equivale a R\$ 407,2MM e também uma Reserva de Lucros acumulados de R\$ 333,4MM, formada como consequência da migração para o IFRS.

O calendário de pagamentos de dividendos para 2011 está detalhado na página 16.

O gráfico abaixo mostra o histórico de pagamento de dividendos desde 2007.



Comentário do Desempenho



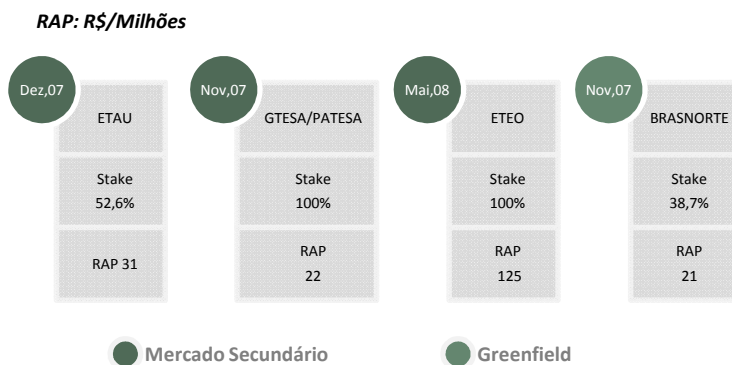
Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

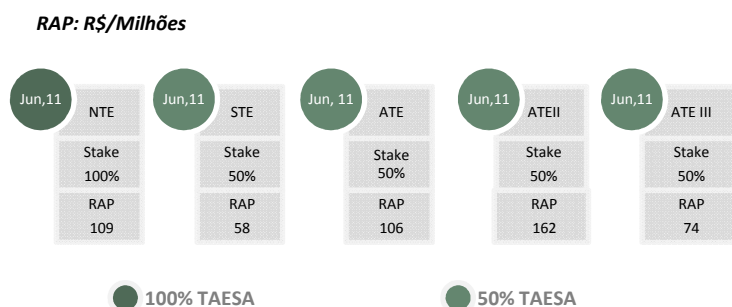
Histórico de Crescimento com Agregação de Valor

Desde que a TAESA tornou-se uma empresa listada em bolsa em outubro de 2006, a Companhia tem buscado o crescimento através da aquisição de ativos existentes (mercado secundário) bem como através dos leilões de projetos *greenfield* (mercado primário).

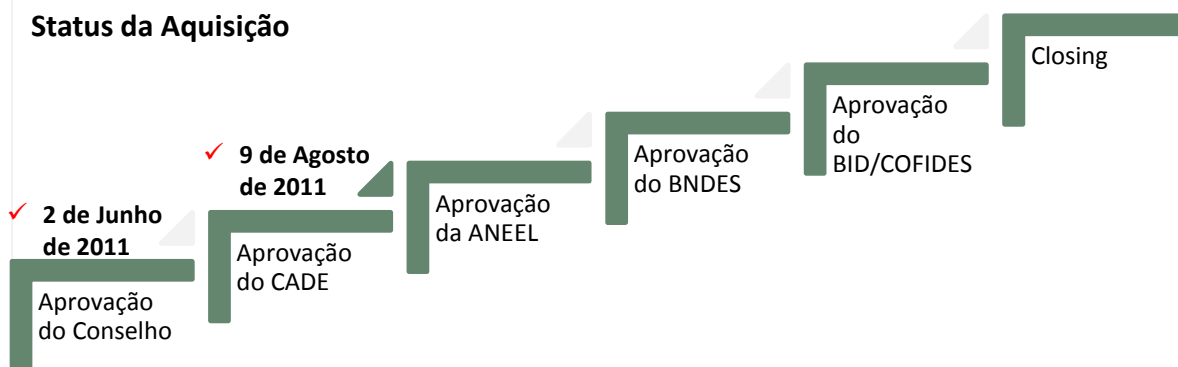
Entre 2007 e 2008, a Companhia adquiriu 4 concessões no mercado secundário e ganhou 1 projeto *greenfield*, totalizando 5 novas concessões.



Em junho de 2011, a TAESA anunciou um negócio com a ABENGOA de R\$ 1,1 bilhão para adquirir uma concessão (NTE) e 50% de outras 4 concessões (ATE, ATE II, ATE III e STE).



Status da Aquisição



A TAESA espera que as aprovações sejam concedidas nas próximas semanas, já que a Companhia está colocando seus melhores esforços para gerir a situação com as partes envolvidas.

O negócio será financiado através da emissão de notas promissórias, conforme detalhado na página 15.

Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

Histórico de Acesso ao Mercado de Dívida

A Companhia vem acessando o mercado de dívida local desde 2008 e neste período realizou 3 emissões de Notas Promissórias e 2 Emissões de Debêntures. Conforme mencionado na página anterior, a Companhia está se preparando para uma nova emissão de notas promissórias. O quadro abaixo mostra o histórico de emissão da Companhia.

	Ano	Tipo	Detalhes
✓ Cancelada	Março/2008	1ª Emissão de Notas Promissórias	<ul style="list-style-type: none"> Valor: R\$ 270 milhões Remuneração: CDI+0,55% Uso dos Recursos: Aquisição da ETEO
✓ Liquidado	Maió/2008	2ª Emissão de Notas Promissórias	<ul style="list-style-type: none"> Valor: R\$ 570 milhões Remuneração: CDI + 1,15% Uso dos Recursos: Aquisição da ETEO
✓ Liquidado	Outubro/2009	3ª Emissão de Notas Promissórias	<ul style="list-style-type: none"> Valor: R\$ 550 milhões Remuneração: 113% do CDI Uso dos Recursos: Completar o pagamento antecipado do mútuo celebrado com a Terna S.p.A. em 16 de fevereiro de 2009
	Julho/2010	1ª Emissão de Debêntures	<ul style="list-style-type: none"> Valor: R\$600 milhões Remuneração: R\$600 milhões em Debêntures, sendo R\$345 milhões referentes a Primeira Série (CDI + 1,30%) e R\$255 milhões referentes a Segunda Série (IPCA + 7,91%) Uso dos Recursos: Pagamento integral da 3ª Emissão das notas promissórias
	Novembro/10	2ª Emissão de Debêntures	<ul style="list-style-type: none"> Valor: R\$815 milhões Remuneração: R\$425 milhões referentes a Primeira Série (CDI + 1,40%), R\$390 milhões referentes à Segunda e Quarta Série (CDI+ 1,60%) Uso dos Recursos: Pré-Pagamento do BNDES

Comentário do Desempenho

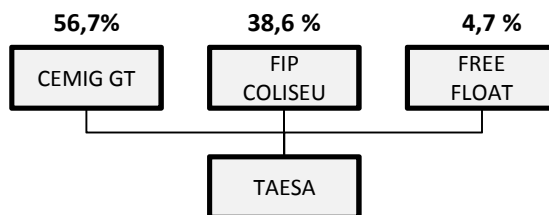


Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 3T11

■ Base Acionária

CEMIG GT e FIP COLISEU possuem juntos 98% do capital votante. O detalhamento do Capital Total é mostrado no gráfico à direita.



Atualmente, a Companhia possui 4.148.824 Units negociados na **BMF&Bovespa**. O Unit TRNA11 é composto por 1 ação ordinária (ON) e 2 ações preferenciais (PN). A Companhia é registrada no Nível 2 de governança corporativa e concede 100% Tag Along a todos os acionistas, independente da classe.

■ Governança Corporativa

Os sócios controladores apresentam uma interessante combinação de conhecimentos técnicos e disciplina financeira. A CEMIG GT é um dos *players* mais importantes no setor energético brasileiro e é reconhecida como um operador de alta qualidade de ativos do setor elétrico. Por outro lado, o FIP COLISEU representa gestores de fundos com forte *background* financeiro.

A alta administração da empresa tem experiência significativa no setor e é acompanhada de perto pelos Acionistas Controladores, pelo Conselho de Administração e o pelo Conselho Fiscal, através da presença ativa de três comitês: de gestão, financeiro e de auditoria. O principal papel desses comitês é filtrar e analisar os assuntos que serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração e Fiscal.

Governança Corporativa



	CEMIG	FIP	Independente
Conselho de Administração	4	5	2
Conselho Fiscal	2	2	1
Comitê de Gestão	4	-	-
Comitê de Finanças	2	3	-
Comitê de Auditoria	2	2	-
Diretoria Estatutária	3	-	-

Comentário do Desempenho



Destques

Comentário do Desempenho



Destaques

Resultado Consolidado 3T11

■ Nota Promissórias

No dia 10 de outubro de 2011, a TAESA realizou uma Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a emissão de notas promissórias de até R\$ 1,4 bilhão. Os recursos serão usados principalmente para financiar a aquisição dos ativos da ABENGOA.

Principais Características

Séries	Única, quirografária
Prazo	360 dias
Amortização	No vencimento
Valor total da Oferta	Até R\$ 1.400.000.000,00
Regime de Colocação	Garantia Firme
Valor Nominal Unitário	R\$ 5.000.000,00
Quantidade	280
Remuneração	106% do CDI
Rating	S&P (brA-1) – Investment Grade
Coordenadores	HSBC (Joint Bookrunner) JP Morgan (Joint Bookrunner)

A aprovação total da aquisição é um pré-requisito para a emissão das Notas Promissórias. A Companhia espera substituir este instrumento de dívida por um instrumento de dívida de longo prazo.

Comentário do Desempenho



Destaques

Resultado Consolidado 3T11

■ Debêntures

Em 10 de dezembro de 2010, a Companhia realizou uma emissão de debêntures de R\$ 815 milhões, R\$ 425 milhões na primeira série (CDI + 1,40%) e R\$ 390 milhões na segunda e quarta série (CDI + 1,60%). As debêntures da primeira e segunda série eram da espécie quirografária e as debêntures da quarta série eram da espécie subordinadas, quando foram emitidas. **Porém em 20 de Julho de 2011, foi aprovada na AGD (Assembleia de Debenturistas) a convalidação das Debêntures da Quarta Série da espécie subordinada para a espécie quirografária.**

■ Pagamento de Dividendos

Em 2011, a Companhia pagou 95% do Lucro Líquido de 2010 e também uma Reserva de Lucros Acumulados criada devido à adoção do IFRS. O montante total de R\$ 741MM foi alcançado em 31 de outubro de 2011, quando a TAESA pagou o saldo de R\$ 333MM referentes a reserva de lucro.

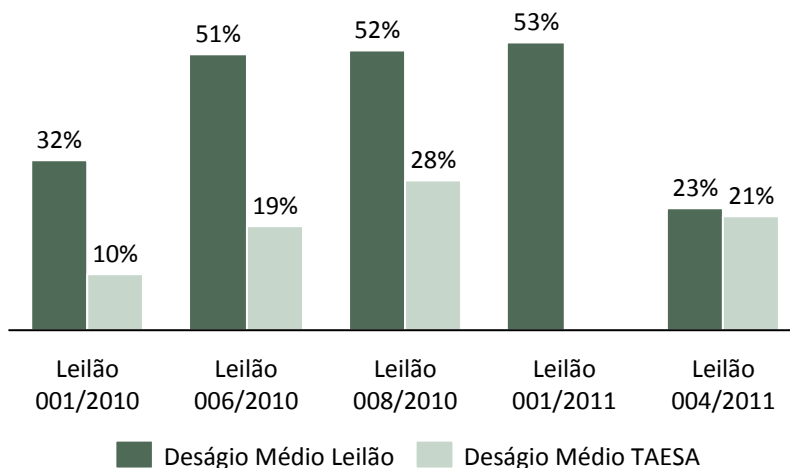
O pagamento desta reserva é um evento extraordinário, que provavelmente não ocorrerá novamente no futuro, já que decorre de alterações severas nos princípios contábeis, devido à migração para o IFRS.

	mai/11	out/11	Total
DPA (R\$)	1,55	1,27	2,81
DPU (R\$)	4,64	3,80	8,43

■ Leilões Recentes

A TAESA participou do segundo leilão de transmissão no ano, realizado em 02 de setembro, com receita anual permitida (RAP) máxima de R\$ 341,3 MM, Capex estimado de R\$ 2,8 bilhões, 2.051 km de linhas de transmissão e 13 subestações.

O gráfico abaixo mostra o desconto médio dos leilões, bem como o desconto médio praticado pela TAESA.



Obs: A TAESA não participou do leilão 001/2011

Comentário do Desempenho



Resultados 3T11

Comentário do Desempenho



Resultado Consolidado 3T11

Resultado Robusto

R\$ MM	IFRS	Não ajustado pelo IFRS			
	3T11	3T11	3T10	Var.	Var. %
EBITDA*	453,9	202,4	188,9	13,4	7,1%
Margem EBITDA	94,9%	90,2%	90,6%		-0,4 bps
Lucro Líquido	276,9	93,0	92,2	0,8	0,9%
TRNA11 (30 de Setembro)	34,0	34,0	33,2	0,8	2,3%
Valor de Mercado	2.985	2.985	2.919	66,8	2,3%

* resultados acima estão apresentados considerando a reclassificação da subvenção fiscal

No terceiro trimestre de 2011 a TAESA novamente apresentou um resultado consistente.

- EBITDA não ajustado atingiu R\$ 202,4MM, 7,1% acima do mesmo período em 2010, uma vez que a Companhia continuou a melhorar sua performance operacional. A Margem EBITDA não ajustada permaneceu acima de 90% pelo terceiro trimestre consecutivo.
- Lucro Líquido não ajustado atingiu R\$ 93MM, 0,9% acima do mesmo período em 2010 e o Lucro Líquido ajustado para o IFRS totalizou R\$ 276,9MM no terceiro trimestre. O Lucro Líquido acumulado ajustado para o IFRS somou R\$ 422,5MM.
- No terceiro trimestre, o impacto do ajuste da inflação no ativo financeiro causou um aumento significativo nos resultados ajustados para o IFRS. É um efeito sem impacto no fluxo de caixa da Companhia, que só acontece no terceiro trimestre.

Nas próximas páginas, os resultados do 3T11 serão detalhados da seguinte forma:

- IFRS: Mudanças Mais Relevantes
- Detalhamento das Receitas IFRS
- Receita Líquida
- Custos, Despesas Operacionais e Depreciação / Amortização
- Despesas Financeiras Líquidas
- Impostos
- Endividamento
- Fluxo de Caixa

Em cumprimento às novas regras contábeis em vigor no Brasil, a partir de dezembro de 2010 estão refletidos nas demonstrações financeiras os efeitos da aplicação do IFRS. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato **IFRS** e o formato **anterior**, para permitir a comparação com outros exercícios.

A primeira parte de cada seção mostrará os resultados do 3T11, comparando o resultado em **IFRS** com o resultado **antigo**. A segunda parte de cada seção vai apresentar uma comparação do resultado do 3T11 com o 3T10 no formato anterior.

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

■ IFRS: A Contabilidade Muda, os Fundamentos Não

Ainda que a maneira de apresentar as demonstrações financeiras tenha mudado, essas mudanças não tiveram impacto sobre os fundamentos básicos da Companhia:

- Ambiente regulatório estável
- Concessões de alta qualidade
- Performance operacional de alto nível
- Naturalmente protegido contra a inflação
- Fluxo de caixa estável
- Distribuição de dividendos consistente
- Boa governança corporativa

■ IFRS: Mudanças Mais Relevantes

As principais mudanças nos padrões contábeis foram:

- A constituição do Ativo Financeiro, em substituição ao Ativo Fixo
- O novo método de contabilizar as Receitas, substituindo a RAP por 3 outros itens: Receita de Construção, Operação e Manutenção (prestação do serviço de transmissão de energia) e Remuneração dos Recebíveis.

De acordo com os princípios do IFRS a Companhia não possui os ativos da concessão, de fato a Companhia é uma concessionária que detém o direito de construir, operar e manter os ativos até fim da concessão. Baseado nesse conceito, a Companhia deve realocar a RAP a ser recebida ao longo de 30 anos de concessão em 3 novos itens:

RAP TOTAL DA CONCESSÃO (30 ANOS)

Contabilizado durante a Construção	Contabilizado no período de Operação e Manutenção	
Construção	O&M	Remuneração dos Rec.
<p>A Receita de Construção é o investimento feito durante a construção.</p> <p>Esse valor tem que ser contabilizado enquanto o ativo da concessão está em construção. Dessa forma, a única concessão do grupo TAESA que ainda contabiliza Receita de Construção é a Brasnorte.</p>	<p>A Receita de O&M é um valor fixo ao longo da concessão que é reajustado pela inflação da mesma maneira que a RAP.</p>	<p>A Remuneração dos Recebíveis é uma taxa de retorno multiplicada pelo saldo do ativo financeiro.</p>

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

■ Detalhamento das Receitas IFRS

Como mencionado anteriormente, devido à adoção do IFRS, o que antes era **Receita pela Disponibilização** (RAP – PV) foi substituída por **3** novos itens: Receita de Construção, Receita de O&M e Remuneração de Recebíveis. As receitas da TAESA estão principalmente concentradas nas **Receitas de O&M** e na **Remuneração de Recebíveis**, já que apenas a Brasnorte ainda contabiliza Receita de Construção. A abertura de cada parte da Receita IFRS será mostrada nas tabelas desta seção.

■ Receita de O&M

A Receita de **O&M** de cada concessão está descrita na segunda coluna da tabela abaixo. A **Receita de O&M** será anualmente ajustada pela inflação (IGPM ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Concessão	O&M	PV	O&M (DRE)
NVT	19,8	0,0	19,8
TSN	36,1	-0,1	36,0
MUN	2,5	0,0	2,5
GTE	0,3	-0,0	0,3
PAT	0,7	0,0	0,7
ETE	7,5	0,0	7,5
ETA	2,9	0,0	2,9
BRA	1,2	0,0	1,2
Consolidado	69,0	-0,1	68,9

No DRE, a Receita de O&M está contabilizada líquida da PV como mostrado na área

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

■ Remuneração de Recebíveis

A **Remuneração de Recebíveis** de cada concessão está descrita na segunda coluna da tabela abaixo. A **Remuneração de Recebíveis** é o resultado da multiplicação de uma taxa de retorno pelo saldo do Ativo Financeiro. No DRE, a **Remuneração de Recebíveis** é contabilizada junto com outros itens como mostrado na área

Concessão	Remuneração de Recebíveis	Construção	Outros	Remuneração de Recebíveis (DRE)
NVT	192,1	0,0	-0,0	192,1
TSN	123,0	0,0	-0,0	123,0
MUN	13,7	0,0	0,0	13,7
GTE	3,7	0,0	0,0	3,7
PAT	11,2	0,0	0,0	11,2
ETE	59,5	0,0	0,0	59,5
ETA	16,9	0,0	0,0	16,9
BRA	25,1	0,4	0,0	25,5
Consolidado	421,8	0,1	-0,0	422,0

Exclusivamente no terceiro trimestre, a Remuneração de Recebíveis, também traz a variação monetária causada pelo ajuste do ativo financeiro (ajuste da inflação). É um efeito que só acontece no terceiro trimestre.

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

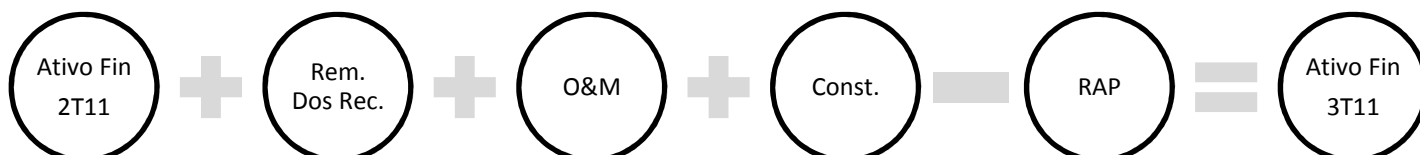
Resultado Consolidado 3T11

- A Remuneração de Recebíveis x Ativo Financeiro

A **Remuneração de Recebíveis** é o resultado da multiplicação de uma taxa de retorno pelo saldo do Ativo Financeiro. A variação do Ativo Financeiro pode ser calculada conforme a tabela abaixo.

Concessão	Ativo Financeiro	Remuneração de Recebíveis	O&M	Construção	RAP	Ativo Financeiro
NVT	1.440,3	192,1	19,8	-0,0	-92,6	1.559,6
TSN	935,3	123,0	36,1	-0,0	-86,6	1.007,9
MUN	86,2	13,7	2,5	0,0	-6,6	95,7
GTE	29,7	3,7	0,3	0,0	-1,6	32,1
PAT	71,2	11,2	0,7	0,0	-3,9	79,3
ETE	473,6	59,5	7,5	0,0	-31,3	509,3
ETA	108,9	16,9	2,9	0,0	-7,6	121,1
BRA	251,5	25,1	1,2	0,4	-5,8	272,4
Consolidado	3.190,9	421,8	69,0	0,1	-228,8	3.453,0

- ✓ O valor consolidado considera a participação da ETAU e Brasnorte
- ✓ O valor total do ativo financeiro é líquido do valor de indenização das concessões, do ágio da ETAU e de outros recebíveis.
- ✓ No terceiro trimestre, a remuneração dos recebíveis também traz a variação monetária



- Como encontrar o Ativo Financeiro no Balanço Patrimonial

O ativo financeiro é contabilizado dentro da conta **Contas a Receber de Clientes e Recebíveis de Concessão de Serviços**. O valor total da **Contas a Receber de Clientes e Recebíveis de Concessão de Serviços** é a soma do **Ativo Financeiro**, do valor de indenização das concessões e do ágio da ETAU.

Concessão	Ativo Financeiro	Clientes	Indenização	Ágio da ETAU	Ativo Financeiro (BP)
NVT	1.559,6	44,9	1,8	0,0	1.606,3
TSN	1.007,9	40,2	2,0	0,0	1.050,1
MUN	95,7	3,1	0,0	0,0	98,9
GTE	32,1	0,7	0,0	0,0	32,8
PAT	79,3	1,8	0,0	0,0	81,1
ETE	509,3	15,2	0,2	0,0	524,8
ETA	121,1	3,6	0,0	34,3	159,0
BRA	272,4	2,7	0,0	0,0	275,1
Consolidado	3.453,0	108,9	4,0	34,3	3.600,2

A tabela à esquerda mostra a quebra do item Contas a Receber de Clientes e Recebíveis de Concessão de Serviços.

O valor contabilizado no Balanço Patrimonial está descrito na área

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

■ Ciclo da RAP

A ANEEL publicou em 28 de Junho de 2011 a resolução 1171 estabelecendo a RAP para as concessões de transmissão, válidas a partir de julho de 2011 até junho 2012 (ciclo 2011/2012). Os contratos de concessão indexados pelo IGPM serão reajustados em 9,8% ao passo que os contratos indexados pelo IPCA serão reajustados em 6,6%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2007/2008	Ciclo 2008/2009	Ciclo 2009/2010	Ciclo 2010/2011	Ciclo 2011/2012
<i>Ajuste IGP-M</i>	4,4%	11,5%	3,6%	4,2%	9,8%
Novatrans	280,3	312,6	324,0	337,5	370,5
TSN*	254,9	287,4	303,2	315,4	346,2
TSN LT Camaçari II/Sapeaçu (Munirah)	19,1	21,3	22,1	23,0	26,0
TSN LT Goianinha/Mussurú (GTESA)	4,8	5,3	5,5	5,8	6,3
TSN LT Paraíso/Açu (PATESA)	11,2	12,5	13,0	13,5	15,2
ETAU ^{1**}	13,1	14,6	15,2	14,8	16,3
ETEO	94,8	105,8	109,6	114,2	125,4
<i>Ajuste IPC-A</i>	3,2%	5,6%	5,2%	5,2%	6,6%
Brasnorte ¹	0,0	0,0	6,3	6,7	8,1
Total	678,3	759,6	799,0	830,8	914,0

- Incluindo os projetos de reforços de Bom Jesus da Lapa, Serra da Mesa e Serra da Mesa II
- ** Incluindo DIT dedicada a RGE
- 1 Valor de RAP proporcional a participação da TAESA
- A RAP das concessões Munirah, Patesa, ETAU e Brasnorte tiveram um acréscimo acima do ajuste anual da inflação para compensar o valor de RGR do primeiro semestre de 2011.

■ 3T11 Detalhamento da RAP por Concessão

Concessão	RAP	PV	Receita pela disponibilização
NVT	92,6	0,0	92,6
TSN	86,6	-0,1	86,5
MUN	6,6	0,0	6,6
GTE	1,6	-0,0	1,6
PAT	3,9	0,0	3,9
ETE	31,3	0,0	31,3
ETA	7,6	0,0	7,6
BRA	5,8	0,0	5,8
Consolidado	228,8	-0,1	228,7

O total da Receita de Disponibilização contabilizado no DRE (não ajustado para o IFRS) é a soma da RAP com a PV do período.

A tabela à esquerda apresenta a abertura da Receita de Disponibilização por concessão no 3T11.

A PV do trimestre totalizou R\$ 0,1 MM, representando 0,1% da RAP do trimestre.

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

Receita Líquida

Receita Líquida de R\$ 478,1MM, ajuste positivo do IFRS de R\$ 253,7MM e RAP 7,6% acima do 3T10.

- Receitas 3T11: IFRS x Não ajustado para o IFRS

A tabela abaixo apresenta as Receitas Líquidas do 3T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados para o IFRS.

R\$ MM	IFRS	Anterior	
	3T11	3T11	Ajuste
Receita Líquida	0,0	228,8	-228,8
RAP Concessionárias	0,0	228,8	-228,8
PV	-0,1	-0,1	0,0
Receita do Serviço	-0,1	228,7	-228,8
Benefício Fiscal	12,8	12,8	0,0
Outras Receitas	0,2	0,2	0,0
Total de Outras Receitas	13,0	13,0	0,0
Operação e Manutenção	69,0	0,0	69,0
Remuneração dos recebíveis	421,8	0,0	421,8
Construção	0,1	0,0	0,1
Outras*	0,0	0,0	0,0
Total Receita IFRS	490,9	0,0	490,9
Total Receita Bruta	503,8	241,7	262,1
Deduções	-25,8	-17,4	-8,4
Total Receita Líquida	478,1	224,3	253,7

Receita Líquida totalizou **R\$ 478,1MM, R\$ 253,7MM (113,1%) acima** do valor não ajustado. A diferença decorre da correção monetária anual do ativo financeiro.

*Indenização, Ajustes Contábeis, outros

- Comparação com 3T10: Não ajustado para o IFRS

A tabela abaixo apresenta a Receita Líquida do 3T11, comparando os resultados não ajustados do 3T11 e do 3T10.

R\$ MM	Anterior			
	3T11	3T10	Var.	Var (%)
Receita Líquida	228,8	207,9	21,0	10,1%
RAP Concessionárias	228,8	207,9	21,0	10,1%
PV	-0,1	-2,1	1,9	-94,4%
Receita do Serviço	228,7	205,8	22,9	11,1%
Benefício Fiscal	12,8	17,1	-4,3	-25,1%
Outras Receitas	0,2	0,1	0,1	120,3%
Total de Outras Receitas	13,0	17,2	-4,2	-24,3%
Operação e Manutenção	0,0	0,0	0,0	
Remuneração dos recebíveis	0,0	0,0	0,0	
Construção	0,0	0,0	0,0	
Outras*	0,0	0,0	0,0	
Total Receita IFRS	0,0	0,0	0,0	
Total Receita Bruta	241,7	223,0	18,7	8,4%
Deduções	-17,4	-14,4	-2,9	20,3%
Total Receita Líquida	224,3	208,6	15,8	7,6%

Receita Líquida não ajustada para o IFRS totalizou **R\$ 224,3MM, 7,6% acima** do 3T10.

- Rap aumentou 10,1% devido ao reajuste do ciclo no segundo semestre de 2011.
- Subsídio Fiscal do ADA/ADENE diminuiu 25,1% em relação ao 3T10.

*Indenização, Ajustes Contábeis, outros

Comentário do Desempenho

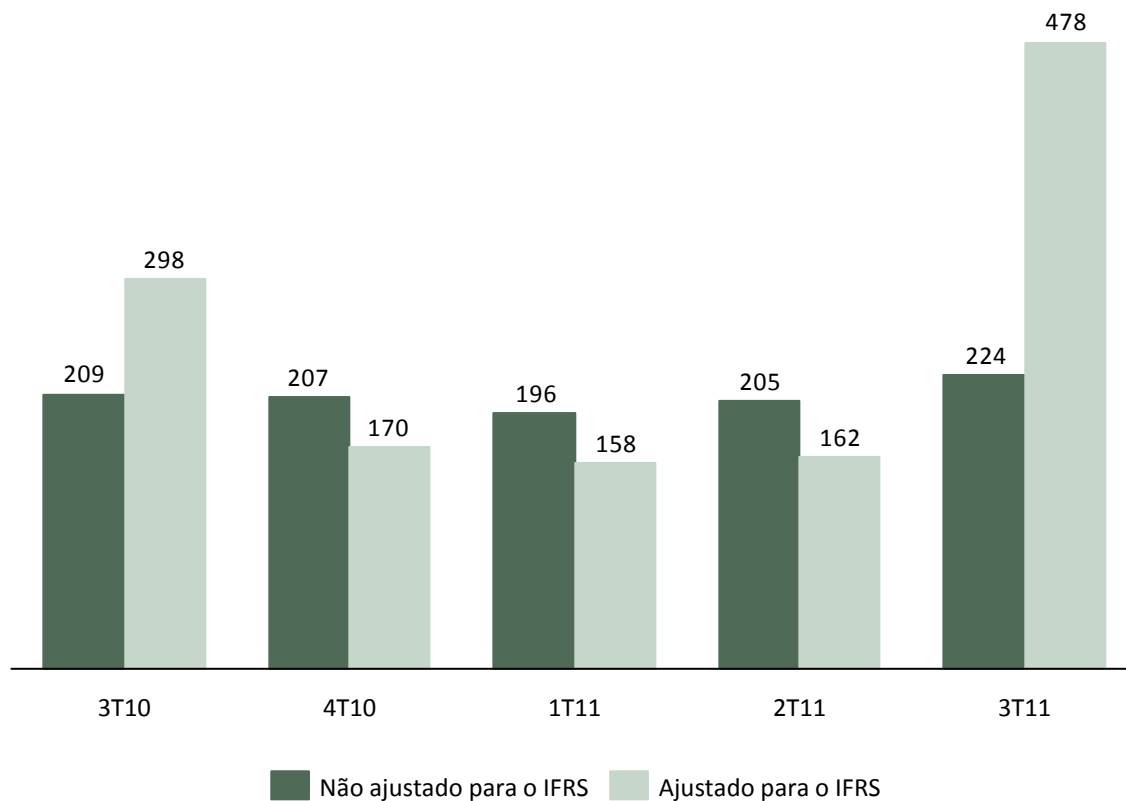


Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

Receita Líquida

- Comparação entre a Receita Líquida ajustada e a não ajustada para o IFRS



Na demonstração de resultados ajustada para o IFRS, a variação monetária causada pelo ajuste da inflação sobre a RAP é integralmente reconhecida no 3º trimestre. A variação monetária totalizou aproximadamente R\$ 312 MM e este ajuste não acontecerá novamente no quarto trimestre.

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Dep/Amort totalizaram R\$ 24,5MM, ajuste positivo do IFRS de R\$ 27,8MM concentrado na linha de Dep/Amort. O valor não ajustado totalizou R\$ 52,4MM com uma redução de 3,2% sobre 3T10.

- Custos, despesas e Dep/Amort 3T11: IFRS x Não ajustado para o IFRS

A tabela abaixo apresenta os Custos, Despesas e Dep/Amort do 3T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados para o IFRS.

R\$ MM	IFRS	Anterior	
	3T11	3T11	Ajuste
Custos e Desp. Operacionais	-11,8	-11,8	0,0
Pessoal	-11,8	-11,8	0,0
Material	-2,5	-0,3	-2,2
Serviços de Terceiros	-8,2	-8,2	0,0
G&A e Outros	-1,6	-1,6	-0,0
Total	-24,2	-22,0	-2,2
Dep/Amort	-0,4	-30,4	30,0
Total	-24,5	-52,4	27,8

Custos totalizaram R\$ 24,2MM, R\$ 2,2MM (10%) acima do valor não ajustado. O ajuste de R\$ 2,2MM se refere ao montante de capex reclassificado.

Dep/Amort totalizou R\$ 0,4MM, R\$ 30MM abaixo do valor não ajustado. O ajuste decorre da substituição do ativo fixo pelo ativo financeiro. O valor de Dep/Amort contabilizado no DRE se refere aos ativos administrativos.

- Comparação com 3T10: Não ajustado para o IFRS

A tabela abaixo apresenta os custos do 3T11, comparando os resultados não ajustados do 3T11 e do 3T10.

R\$ MM	Anterior			
	3T11	3T10	Var.	Var. %
Custos e Desp. Operacionais	-11,8	-9,1	-2,8	30,3%
Pessoal	-11,8	-9,1	-2,8	30,3%
Material	-0,3	-0,6	0,3	-56,3%
Serviços de Terceiros	-8,2	-6,5	-1,7	26,6%
G&A e Outros	-1,6	-3,4	1,8	-52,2%
Total	-22,0	-19,6	-2,4	12,0%
Dep/Amort	-30,4	-34,5	4,1	-11,9%
Total	-52,4	-54,1	1,7	-3,2%

Custos e Despesas alcançaram R\$ 22MM e estão R\$ 2,4MM (12%) acima do 3T10.

Dep/Amort totalizou R\$ 30MM e está R\$ 4,1MM (-11,9%) abaixo do 3T10.

A redução de Custos, Despesas e Dep/Amort totalizou R\$ 1,7MM (-3,2%) abaixo do 3T10.

O montante total de Custos, Despesas e Dep/Amort diminuiu 3,2% para R\$ 52,4MM. As principais variações são:

- **Pessoal:** Em 2011, a Companhia provisionou uma reserva de bônus que será paga em 2012.
- **Terceiros, G&A e Outros:** Esses três itens combinados estão alinhados com os números do mesmo período em 2010.
- **Dep/Amort:** A parcela relativa ao ágio da aquisição da TAESA foi reclassificada e está sendo contabilizada dentro da conta de impostos diferidos.

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

EBITDA / Margem EBITDA

EBITDA IFRS de R\$ 453,9MM com margem EBITDA de 94,9%. O valor não ajustado do EBITDA atingiu R\$ 202,4MM, aumentando 7,1% em relação ao 3T10, com uma margem EBITDA de 90,2%.

- EBITDA 3T11: IFRS x Não ajustado para o IFRS

Vale ressaltar que no mercado de transmissão de energia o **EBITDA sem o ajuste do IFRS** é um importante indicador de desempenho financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia. Com a aplicação do ajuste do IFRS houve um descolamento significativo entre DRE e Fluxo de Caixa, dessa maneira, o EBITDA com o ajuste do IFRS não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia.

A tabela abaixo apresenta o EBITDA do 3T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados para o IFRS

R\$ MM	IFRS	Anterior	
EBITDA*	3T11	3T11	Ajuste
RECEITA LIQUIDA	478,1	224,3	253,7
Custos e Despesas	-24,2	-22,0	-2,2
EBITDA	453,9	202,4	251,5
Margem EBITDA	94,9%	90,2%	4,7 pp

* resultados acima apresentados considerando a reclassificação da subvenção fiscal

EBITDA ajustado para o IFRS totalizou R\$ 453,9MM com uma Margem EBITDA de 94,9%. O valor ajustado ficou R\$ 251,5MM (124%) acima do não ajustado e a margem 4,7 pp acima.

A margem EBITDA ajustada para o IFRS está maior do que a margem comparada não ajustada devido ao impacto da variação monetária sobre o ativo financeiro.

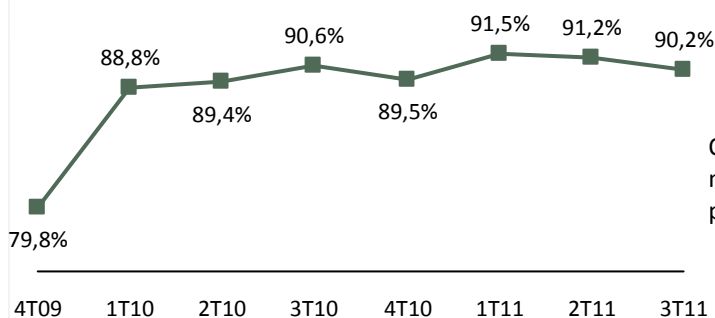
- Comparação com 3T10: Não ajustado para o IFRS

A tabela abaixo apresenta o EBITDA do 3T11, comparando os valores não ajustados dos 3T11 com 3T10.

R\$ MM	Anterior			
	3T11	3T10	Var.	Var. %
EBITDA*				
RECEITA LIQUIDA	224,3	208,6	15,8	7,6%
Custos e Despesas	-22,0	-19,6	-2,4	12,0%
EBITDA	202,4	188,9	13,4	7,1%
Margem EBITDA	90,2%	90,6%		-0,4 bps

* resultados acima apresentados considerando a reclassificação da subvenção fiscal

EBITDA não ajustado para o IFRS atingiu R\$ 202,4MM com uma margem EBITDA de 90,2%, 7,1% acima do 3T10.



O gráfico ao lado mostra a evolução da margem EBITDA trimestral não ajustada para o IFRS.

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

Despesas Financeiras Líquidas

Despesas Financeiras Líquidas de R\$ 38,9 MM, 56,1% acima do 3T10.

- Comparação com 3T10: Não ajustado para o IFRS

Não há diferença entre o valor ajustado e o não ajustado de Despesas Financeiras Líquidas. A tabela a seguir apresenta uma comparação entre o 3T11 e 3T10.

R\$ MM	IFRS	Anterior			
		3T11	3T10	Var.	Var. %
Resultado Financeiro	3T11	3T11	3T10	Var.	Var. %
Receitas Financeiras					
Renda de aplicação financeira	11,7	11,7	11,0	0,7	6,4%
Despesas Financeiras					
Encargos de Dividas	-47,3	-47,3	-41,2	-6,1	14,8%
Variações Monetárias e Cambiais	-2,5	-2,5	4,8	-7,3	-153,3%
Outras Despesas Financeiras	-0,8	-0,8	0,5	-1,3	-251,8%
Total	-38,9	-38,9	-24,9	-14,0	56,1%

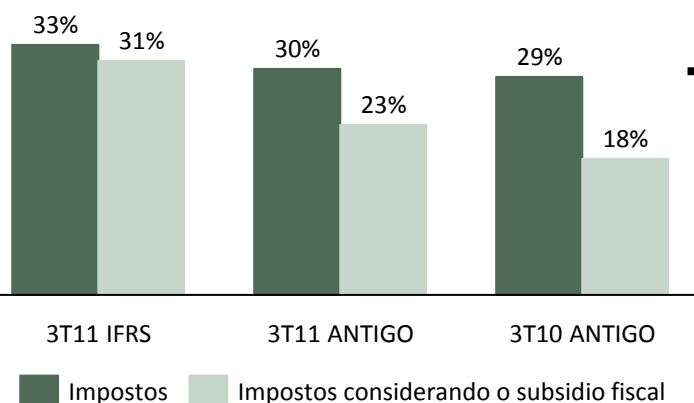
- Despesas com Juros: maiores gastos nas despesas financeiras devido ao aumento do custo da dívida. Atualmente a maior parte da dívida da empresa está atrelada pelo CDI, enquanto que no anos passado, a dívida era principalmente atrelada pela TJLP.

- Variação Monetária: cerca de 18% da dívida da companhia está indexada ao IPCA e o montante de R\$ 2,5MM se refere principalmente a essa dívida.

Impostos

Impostos de R\$ 137,7MM, ajuste do IFRS negativo de R\$ 97,6MM. Os valores não ajustados totalizaram R\$ 40,1MM, 7,2% acima do 3T10.

Desde o último trimestre de 2010, os incentivos fiscais da TSN e da NVT passaram a ser classificados dentro da linha de Outras Receitas. O gráfico abaixo mostra o ajuste da alíquota de impostos consolidada pelos incentivos fiscais.



- Valor do imposto ajustado para o IFRS mostrado no P&L é significativamente maior que o valor não-ajustado já que o lucro antes de impostos é maior na versão ajustada.

Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

Lucro Líquido

Lucro Líquido de R\$ 277MM, ajuste positivo do IFRS de R\$184 MM. O valor não ajustado atingiu R\$ 93MM, 0,9% acima do 3T10.

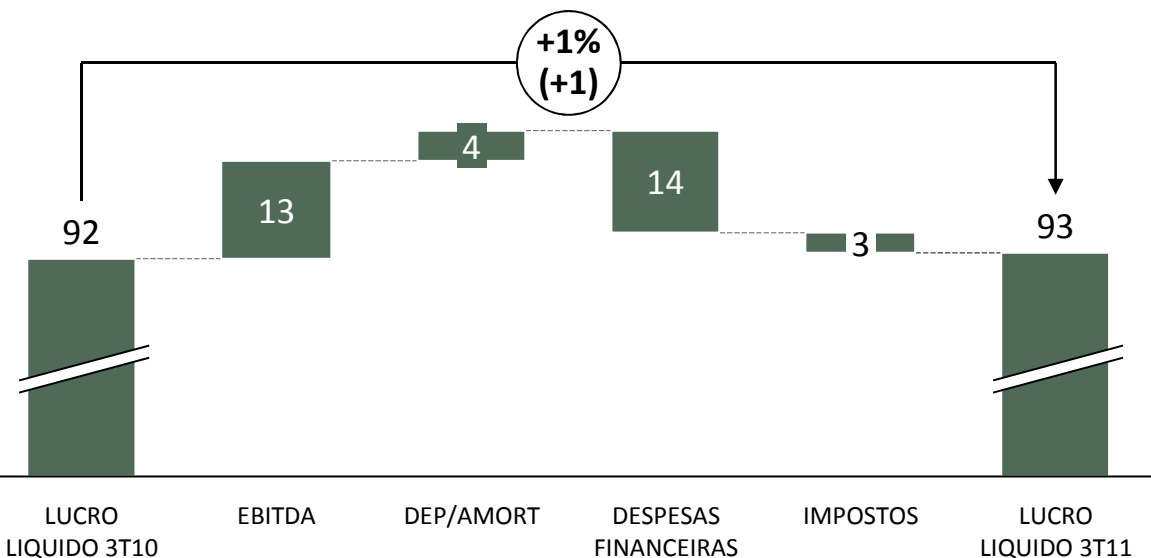
- Lucro Líquido 3T11: Ajustado para o IFRS X Não Ajustado para o IFRS

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido do 3T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados para o IFRS



- Comparação com 3T10: Não ajustado para o IFRS

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido do 3T11, comparando os valores não ajustados do 3T11 com 3T10.



Comentário do Desempenho



Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

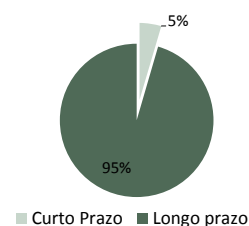
Endividamento

Dívida Bruta totalizou R\$ 1.560 MM, Caixa totalizou R\$ 475,8MM, portanto Dívida Líquida totalizou R\$ 1.083,8MM. Div Líquida/EBITDA fechou em 1,4x.

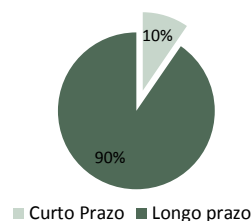
- Posição Financeira Líquida: Quebra por Prazo

Dívida Líquida (R\$ Milhão)	3T11	3T10
Curto Prazo	70,6	147,8
TJLP	3,1	105,7
Cesta de Moedas	0,5	9,5
CDI	62,4	29,3
IPCA	4,5	3,2
Longo Prazo	1.489,1	1.402,5
TJLP	16,2	681,3
Cesta de Moedas	2,8	64,8
CDI	1.196,0	401,3
IPCA	274,1	255,0
Endividamento Total	1.559,6	1.550,2
(-) Caixa e Aplicações	-475,8	-480,9
(=) Dívida Líquida	1.083,8	1.069,4

Perfil da dívida 3T11



Perfil da dívida 3T10



*O valor do caixa de R\$ 475,8 é a soma das linhas Caixa e Aplicações + Outros Investimentos no BP

- Saldo da Dívida: Quebra por Credor

Empresa	Credor	Indice	Saldo (R\$ / Milhões)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
TAESA	1ª Debêntures	1ª Série	355	CDI + 1.3%	Aa1.br	Jul - 2015	2013/14/15	1
		2ª Série	279	IPCA + 7.91%	Aa1.br	Jul - 2015	2013/14/15	1
TAESA	2ª Debêntures	1ª Série	442	CDI + 1.4%	Aa1.br	Dez - 2015	2014/15	2
		2ª Série	255	CDI + 1.6%	Aa1.br	Dez - 2017	2016/17	2
		4ª Série	151	CDI + 1.6%	Aa2.br	Dez - 2017	2016/17	2
Novatrans	Sindicato	CDI	37	CDI + 0.9%	-	Dez - 2013	Mensal	12
Brasnorte	CEF	CDI	20	CDI + 6.6%	-	Jun - 2016	Mensal	12
ETAU	BNDES	US\$	3	US\$ + 4%	-	Jan - 2018	Mensal	12
		TJLP	19	TJLP + 4%	-	Jan - 2018	Mensal	12
Total			1.560					

O valor de R\$ 1.553,4 MM de Dívida Bruta contabilizado no Balanço Patrimonial está líquido dos custos de emissão, portanto R\$ 6,2 MM abaixo do valor mostrado na tabela acima.

Comentário do Desempenho



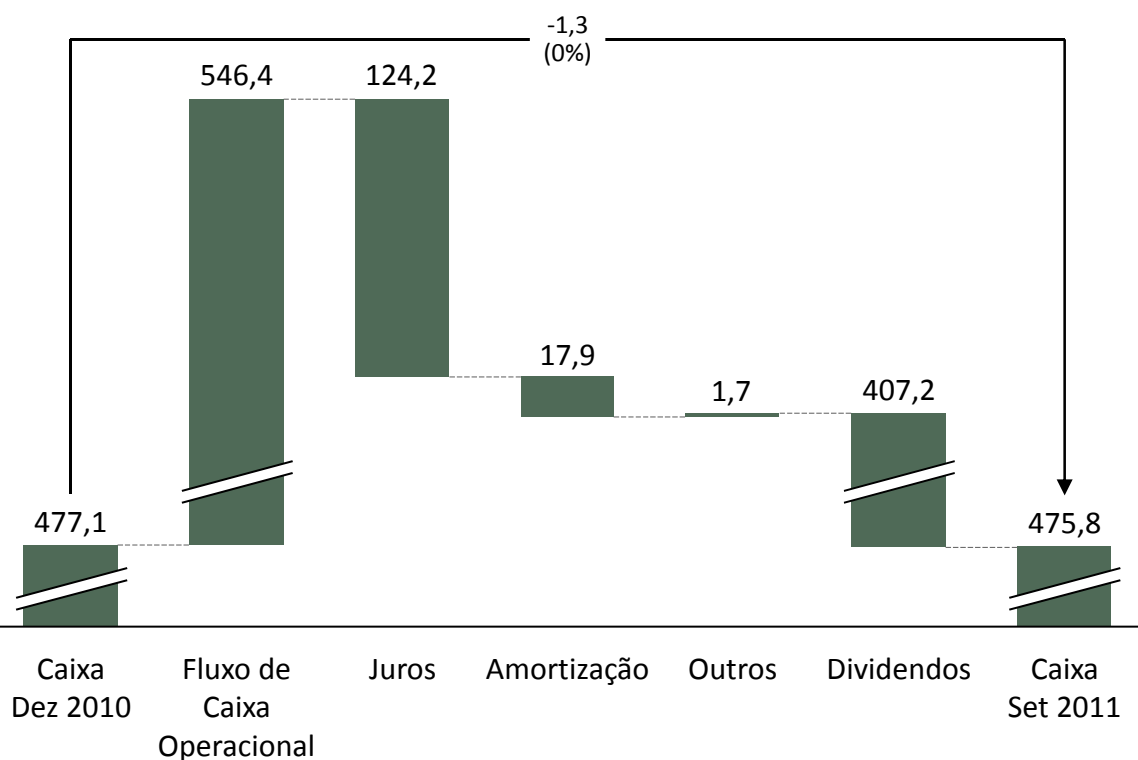
Resultados do 3T11

Resultado Consolidado 3T11

Fluxo de Caixa

Saldo de Caixa Final atingiu R\$475,8MM.

- Em 2011, o fluxo de caixa operacional manteve-se robusto. O EBITDA acumulado não ajustado totalizou R\$ 568 MM. Outros itens somaram - R\$ 22MM.
- O fluxo de caixa financeiro pode ser dividido nos seguintes itens: -R\$ 124,2MM de juros, -R\$17,9MM de amortização e R\$ 1,7 MM de outros itens.
- A primeira parcela de dividendos de R\$ 407MM foi paga em 30 de Maio. A segunda parcela de R\$ 333MM foi paga em 31 de outubro, após o fechamento do terceiro trimestre.



Comentário do Desempenho



Demonstrações Financeiras

Comentário do Desempenho



Demonstrações Financeiras

Resultado Consolidado 3T11

DRE

▪ Resultados 3T11

R\$ 000	IFRS		Anterior			
	3T11	Ajuste	3T11	3T10	Var	Var%
DRE						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	(228.696)	228.696	205.801	22.895	11,1%
Operação e Manutenção	68.884	68.884	-	-	-	
Remuneração dos recebíveis	421.960	421.960	-	-	-	
Outras Receitas	13.013	-	13.013	17.192	(4.179)	-24,3%
TOTAL DA RECEITA BRUTA	503.857	262.148	241.709	222.993	18.716	8,4%
Deduções da receita operacional bruta	(25.796)	(8.427)	(17.369)	(14.438)	(2.931)	20,3%
RECEITA LIQUIDA	478.061	253.721	224.340	208.555	15.785	7,6%
Custos e Despesas Operacionais	(24.528)	27.829	(52.357)	(54.089)	1.732	-3,2%
RESULTADO DO SERVIÇO	453.533	281.550	171.983	154.466	17.517	11,3%
Receitas (Despesas) Financeiras	(38.904)	-	(38.904)	(24.924)	(13.980)	56,1%
RESULTADO OPERACIONAL	414.629	281.550	133.079	129.542	3.536	2,7%
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	414.629	281.550	133.079	129.542	3.536	2,7%
Imposto de renda e contribuição social	(137.708)	(97.640)	(40.068)	(37.372)	(2.696)	7,2%
LUCRO LIQUIDO	276.921	183.910	93.011	92.170	840	0,9%
EBITDA	453.904	251.530	202.374	188.949	13.425	7,1%
Margem EBITDA	94,9%	4,7 bps	90,2%	90,6%	-0,4 bps	

▪ Resultados YTD

R\$ 000	IFRS		Anterior			
	YTD'11	Ajuste	YTD'11	YTD'10	Var	Var%
DRE						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	(641.514)	641.514	602.548	38.966	6,5%
Operação e Manutenção	191.082	191.082	-	-	-	
Remuneração dos recebíveis	629.625	629.625	-	-	-	
Outras Receitas	32.588	-	32.588	46.698	(14.110)	-30,2%
Total da receita bruta	853.295	179.193	674.102	649.246	24.856	3,8%
Deduções da receita operacional bruta	(54.923)	(5.986)	(48.937)	(42.208)	(6.729)	15,9%
RECEITA LIQUIDA	798.372	173.207	625.165	607.038	18.127	3,0%
Custos e Despesas Operacionais	(64.621)	83.401	(148.022)	(166.362)	18.340	-11,0%
RESULTADO SERVIÇO	733.751	256.608	477.143	440.676	36.467	8,3%
Receitas (Despesas) Financeiras	(113.590)	-	(113.590)	(90.265)	(23.325)	25,8%
RESULTADO OPERACIONAL	620.161	256.608	363.553	350.411	13.142	3,8%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO	620.161	256.608	363.553	350.411	13.142	3,8%
Imposto de renda e contribuição social	(197.660)	(89.256)	(108.404)	(112.349)	3.945	-3,5%
LUCRO LIQUIDO	422.501	167.352	255.149	238.062	17.087	7,2%
EBITDA	734.868	166.513	568.355	544.003	24.352	4,5%
EBITDA Margin	92,0%	1,1 bps	90,9%	89,6%	1,3 bps	

Comentário do Desempenho



Demonstrações Financeiras

Resultado Consolidado 3T11

Balanco Patrimonial

R\$ 000	IFRS		Antigo
Balanco	3T11	Ajuste	3T11
Ativo			
Caixa e equivalentes de Caixa	473.778	-	473.778
Contas a receber. de clientes e de conces. de serviços	705.640	596.698	108.942
Impostos e contribuições sociais	15.227	-	15.227
Estoque	786	-	786
Partes relacionadas	-	-	-
Outras contas a receber	5.521	-	5.521
Total do Ativo Circulante	1.200.952	596.698	604.254
Outros Investimentos	1.984	-	1.984
Depósitos judiciais	3.787	-	3.787
Impostos e contribuições sociais diferidos	586.846	-	586.846
Tributos Diferidos	179	179	-
Partes relacionadas	-	-	-
Recebíveis de concessão de serviços	2.894.574	2.894.574	-
Imobilizado	12.949	(2.290.961)	2.303.910
Intangível	3.953	(286.826)	290.779
Diferido	-	-	-
Outras contas a receber	36	-	36
Total do Ativo Não Circulante	3.504.308	316.966	3.187.342
Total do Ativo	4.705.260	913.664	3.791.596
Passivo			
Fornecedores	7.542	-	7.542
Empréstimos e financiamentos	24.253	-	24.253
Debêntures	44.416	-	44.416
Taxas regulamentares	16.092	-	16.092
Impostos e contribuições sociais	5.302	-	5.302
Dividendos	333.418	386.661	(53.243)
Outras contas a pagar	11.325	-	11.325
Total do Passivo Circulante	442.348	386.661	55.687
Empréstimos e financiamentos	54.760	-	54.760
Debêntures	1.429.954	-	1.429.954
Impostos e contribuições sociais diferidos	257.857	257.857	-
Tributos diferidos	98.815	98.815	-
Partes relacionadas	-	-	-
Provisão para contingências	499	-	499
Receita diferida	-	-	-
Outras contas a pagar	27.186	-	27.186
Total do Passivo Não Circulante	1.869.071	356.672	1.512.399
Patrimônio líquido			
Capital social	1.312.536	-	1.312.536
Reserva de capital	594.507	-	594.507
Reserva de lucros	64.297	2.978	61.319
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Lucros Acumulados	422.501	167.352	255.149
Total do Patrimônio Líquido	2.393.841	170.330	2.223.511
Total do Passivo	4.705.260	(913.663)	3.791.597

Comentário do Desempenho*Demonstrações Financeiras*

Resultado Consolidado 3T11

Resumo Financeiro Não Ajustado para o IFRS

DRE (R\$ MM)	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
Receita Líquida	509	625	808	814	625
Receita Bruta	532	664	765	808	642
Deduções	(23)	(50)	(56)	(56)	(49)
Outras Receitas	-	12	99	63	33
Custos e Despesas	(66)	(94)	(152)	(85)	(57)
EBITDA	442	531	656	729	568
<i>Margem Ebitda (%)</i>	86,9%	85,0%	81,2%	89,6%	90,9%
Dep/Amort	(68)	(126)	(123)	(136)	(91)
Resultado Não Operacional	2	0	-	-	-
EBIT	376	405	533	593	477
Despesa Financeira	(65)	(167)	(107)	(124)	(114)
Juros Sobre Capital Próprio	(30)	-	-	-	-
EBT	281	238	426	469	364
Impostos	(96)	(51)	(138)	(100)	(108)
<i>Impostos (%)</i>	34%	21%	32%	21%	30%
Lucro Líquido	184	188	288	369	255
Lucro Líquido Depois de JCP	214	188	288	369	255
Balanco Simplificado (R\$ MM)	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
Ativo	2.716	3.235	3.514	3.926	3.809
Caixa e equivalentes de Caixa	317	301	178	477	476
Outros Ativos	79	124	136	793	738
Ativo Permanente	2.320	2.810	3.200	2.655	2.595
Passivo	1.336	1.759	1.640	1.782	1.585
Outras Contas a pagar	40	80	74	58	26
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	65	9	-	175	-
Empréstimo e Financiamento	1.231	1.670	1.566	1.549	1.560
Patrimônio Líquido	1.381	1.476	1.874	2.144	2.224
Métricas de Alavancagem	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
Divida Líquida	914	1.368	1.388	1.071	1.084
Divida Líquida / EBITDA	2,1	2,6	2,1	1,5	1,4
Divida sobre Patrimônio Líquido	66%	93%	74%	50%	49%

Comentário do Desempenho



Demonstrações Financeiras

Resultado Consolidado 3T11

Resumo Financeiro Não Ajustado para o IFRS

Stockwatch	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
UNIT (R\$)	31,00	21,99	37,36	30,51	33,99
Market Cap (R\$ MM)	2.720	1.931	3.281	2.680	2.985
ADTV (R\$ MM)	2,53	1,32	4,45	2,43	0,17
Free Float (R\$ MM)	927	659	1.120	127	141
Free Float / Capital Total (%)	34,1%	34,1%	34,1%	4,7%	4,7%
Valores para os Acionistas	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
EPS (R\$)	0,81	0,71	1,09	1,40	1,47
EPU (R\$)	2,44	2,14	3,28	4,20	4,40
Lucro Líquido - Holding	255	188	288	429	-
Dividendos Declarados (R\$ MM)	191,2	94,0	167,1	407,2	-
Payout (%)	75%	50%	58%	95%	-
DPA (R\$)	0,73	0,36	0,63	1,55	-
DPU (R\$)	2,18	1,07	1,90	4,64	-
Dividend Yield (%)	7,0%	4,9%	5,1%	15,2%	-
ROI (%)	9,2%	6,7%	9,0%	13,9%	-
ROE (%)	15,5%	12,7%	15,4%	17,2%	-
Multiplos	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
EV / EBITDA	8,2	6,2	7,1	5,2	5,4
PE	12,7	10,3	11,4	7,3	7,7
CAPEX	2007	2008	2009	2010	YTD 2011
TOTAL CAPEX	16,5	57,2	98,0	14,6	8,9
EBITDA	442	531	656	729	568
O&M Capex/EBITDA	2,1%	2,4%	2,9%	1,0%	0,8%

Comentário do Desempenho



Performance do UNIT

Comentário do Desempenho



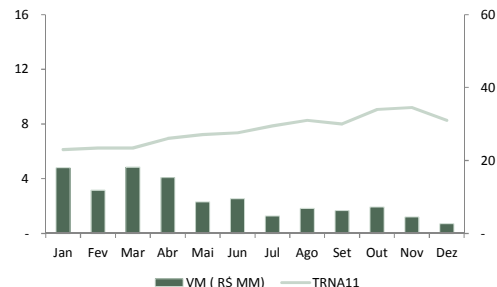
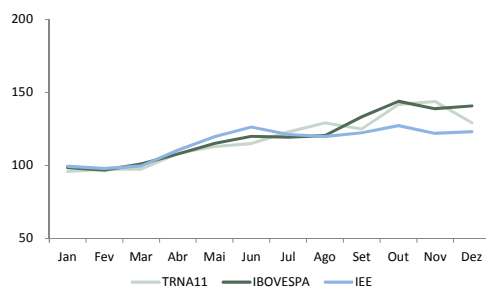
Performance do Unit

Resultado Consolidado 3T11

TRNA11

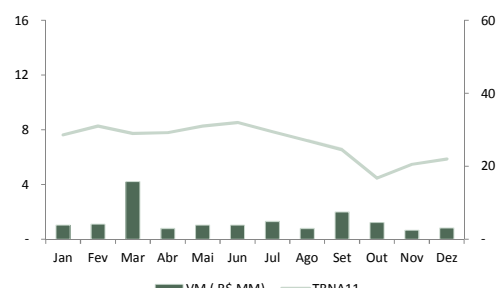
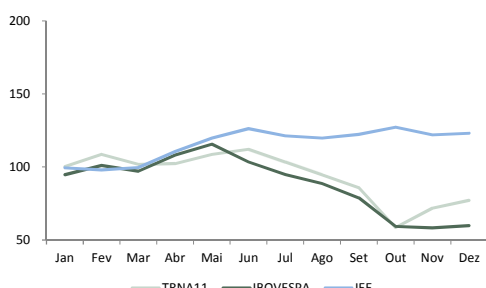
2007

Abertura	28,08
Fechamento	28,05
Máximo	37,30
Mínimo	21,05
VM (R\$ MM)	2,70



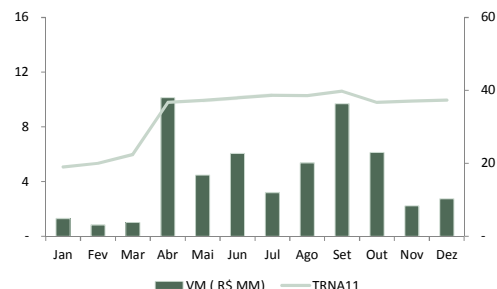
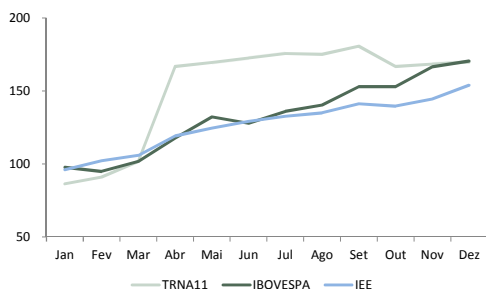
2008

Abertura	27,14
Fechamento	27,08
Máximo	34,90
Mínimo	14,76
VM (R\$ MM)	1,42



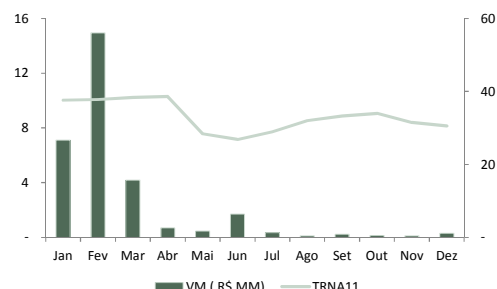
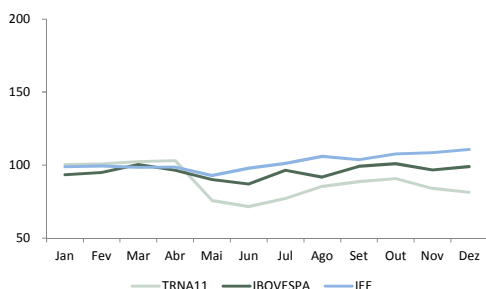
2009

Abertura	32,93
Fechamento	32,95
Máximo	39,97
Mínimo	18,51
VM (R\$ MM)	4,45



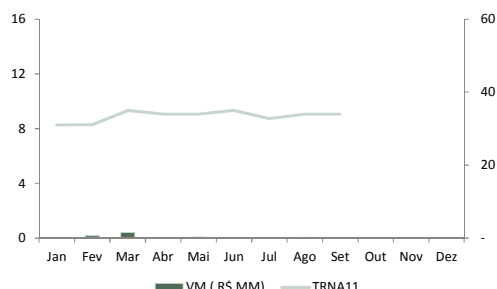
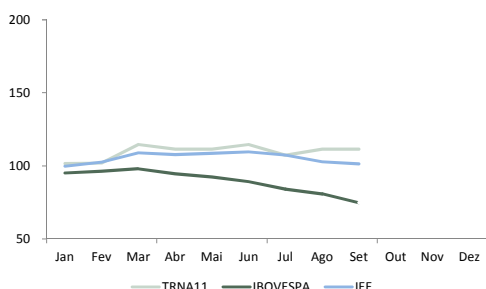
2010

Abertura	33,21
Fechamento	33,23
Máximo	39,00
Mínimo	22,30
VM (R\$ MM)	2,43



2011

Abertura	30,51
Fechamento	33,99
Máximo	38,00
Mínimo	29,57
VM (R\$ MM)	106,74



Comentário do Desempenho



Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A ANEEL que enquanto órgão regulador tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da TAESA são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudanças sem aviso prévio.

Notas Explicativas

Sumário das notas explicativas

1. Contexto operacional
2. Apresentação das informações trimestrais
3. Resumo das principais práticas contábeis
4. Determinação do valor justo
5. Caixa e equivalentes de caixa
6. Outros investimentos
7. Contas a receber de clientes e concessão de serviços
8. Impostos e contribuições sociais
9. Impostos e contribuições diferidos
10. Tributos diferidos
11. Depósitos judiciais
12. Investimentos
13. Intangível
14. Outras contas a pagar e a receber
15. Empréstimos e financiamentos
16. Debêntures
17. Provisões
18. Imposto de renda
19. Patrimônio Líquido
20. Partes relacionadas
21. Cobertura de seguros
22. Garantias
23. Instrumentos financeiros
24. Gerenciamento de riscos
25. Receita operacional líquida
26. Receitas financeiras e despesas financeiras
27. Compromissos assumidos
28. Outras informações
29. Eventos subsequentes

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”), tem por objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN);
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como:
 - Estudos e atividades de planejamento;
 - Análises químicas em materiais e equipamentos;
 - Serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento;
 - Aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infra-estrutura e instalações;
 - Suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competência agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, e operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Incorporação de controladas

Em 31 de dezembro de 2010 as controladas Novatrans Energia S.A. (Novatrans), TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (TSN), ETEO - Empresa de Transmissão do Energia do Oeste S.A. (ETEO) e Taesa Serviços Ltda (Taesa Serviços), foram incorporadas à Companhia, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data.

Desta forma em 30 de setembro de 2010 a demonstração de resultado da Companhia não apresentava os saldos das controladas citadas no parágrafo acima.

Controladoras diretas

A Companhia tem como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), companhia aberta e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - 56,69%, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu - 38,59%.

Notas Explicativas

Controladas e controladas em conjunto

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia detém participação de 38,6645% e 52,5838% nas concessionárias Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S. A. (ETAU), respectivamente.

Nas informações trimestrais da controladora, os saldos de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação das transações e dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas e controladas em conjunto;
- A controlada em conjunto ETAU está sendo considerada pelo método proporcional de 52,5838% a partir de 31/12/2007;
- A controlada em conjunto Brasnorte está sendo considerada pelo método proporcional de 38,6645% a partir de 01/08/2011(vide nota explicativa 28) ;

Abaixo encontram-se relacionadas as concessões do Grupo Taesa, cujo objeto é a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e a implantação, operação e manutenção de instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), pelo prazo de 30 anos.

Concessões	Data de Aquisição	Contrato de Concessão	Início da Concessão	Término da Concessão	% de participação	Localidade das subestações	Extensão/Tensão da linha de transmissão
TSN - Transmissor a Sudeste Nordeste S.A.	(b) 6/6/2006	097/2000	20/12/2000	20/12/2030		Serra da Mesa I - GO Serra da Mesa II - GO Rio das Éguas - BA Bom Jesus da Lapa - BA Ibicoara - BA Sapeaçu - BA	1.062 km 500 kV
Munirah - Transmissor a de Energia S.A.	(a) (b) 31/3/2006	006/2004	18/2/2004	18/2/2034		Sapeaçu - BA Sapeaçu - BA	7 km 230kV 107 km 500 kV
Gtesa - Goiânia Transmissor a de Energia S.A	(a) (b) 30/11/2007	001/2002	21/1/2002	21/1/2032		Camaçari - BA Goianinha - PE	51 km 230 kV
Patesa - Paraíso Açu Transmissor a de Energia S.A	(a) (b) 30/11/2007	087/2002	11/12/2002	11/12/2032		Mussurú - PB Paraíso - RN Açu - RN	135 km 230 kV

Notas Explicativas

Concessões	Data de Aquisição	Contrato de Concessão	Início da Concessão	Término da Concessão	% de participação	Localidade das subestações	Extensão/Tensão da linha de transmissão
Novatrans Energia S.A.	(b) 6/6/2006	095/2000	20/12/2000	20/12/2030		Imperatriz - MA Colinas - TO Miracema - TO Gurupi - TO	1.278 km 500 kV
ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S. A.	(c) 28/12/2007	082/2002	18/12/2002	18/12/2032	52,5838%	Serra da Mesa - GO Samamabaia - DF Campos Novos - SC Barra Grande - SC	188 km 230 kV
ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.	(b) 31/5/2008	040/2000	12/5/2000	12/5/2030		Lagoa Vermelha - RS Santa Marta - RS Taquaraçu - SP Assis - SP	502 km 440 kV
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	(c) 17/9/2007	003/2008	17/3/2008	17/3/2038	38,6645%	Sumaré - SP Juba - MT Jauru - MT Brasnorte - MT Nova Mutum -MT	382 km 230 kV
Total							3.712 km

(a) Concessões incorporadas pela TSN na data de sua aquisição;

(b) Concessões incorporadas na Companhia em 31/12/2010; e

(c) Controladas em conjunto da Companhia.

2 Apresentação das informações trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. A apresentação dessas informações está de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário em conjunto, detalhadas na nota explicativa 1, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes.

As controladas em conjunto são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle.

A autorização para a conclusão das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2011 foi dada pela Administração em 04 de novembro de 2011.”

Notas Explicativas

3 Resumo das principais práticas contábeis

Na elaboração das informações trimestrais (ITR), todas as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na Imprensa Oficial em 28 de março de 2011. Dessa forma, as informações trimestrais (ITR) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pelo Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo (vide nota explicativa 23).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	1.020	1.115	335	544
Aplicações financeiras	472.758	413.463	466.822	409.791
	<u>473.778</u>	<u>414.578</u>	<u>467.157</u>	<u>410.335</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

A seguir, está representada a composição da carteira de aplicações financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento: (a)				
CDB	211.216	85.309	210.143	85.106
LFT	58.170	157.267	57.875	156.892
LTN-O	126.796	143.455	126.152	143.114
NTN	-	24.738	-	24.679
Debêntures	25.939	-	25.807	-
LF	47.085	-	46.846	-
Outros	-	2.694	-	-
Certificado de Depósito bancário	3.552	-	-	-
	<u>472.758</u>	<u>413.463</u>	<u>466.822</u>	<u>409.791</u>

Notas Explicativas

- (a) No mês de abril de 2011, o fundo de investimento NVT Referenciado DI Crédito Privado - Fundo Investimento, usado para aplicação do caixa remanescente da Companhia teve seu nome alterado para Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento, com mudança da sua estrutura de gestão, conforme indicado abaixo:

	Anterior	Atual
Administrador	Banco Itaucard	Votorantim DTVM
Gestão	Itaú Unibanco	Votorantim DTVM
Custódia e Controladoria	Itaú Unibanco	Banco Bradesco

Essa mudança possibilitou uma redução da taxa de administração do fundo sem, no entanto, alterar sua política de investimento e sua carteira de ativos.

O Fundo de Investimento possui demonstrações financeiras auditadas, considerando o exercício social com início em 1º de novembro de cada ano e término em 31 de outubro do ano subsequente, e está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

Os recursos do Fundo de investimento poderão ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 24.

6 Outros investimentos

A seguir, está representada a composição da carteira de outros investimentos:

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento: (a)				
CDB	-	6.098	-	6.098
LFT	-	11.242	-	11.242
NTN	-	10.255	-	10.255
Outros	-	1.768	-	1.768
Certificado de Depósito bancário	1.984	1.837	-	-
Fundo Bradesco - Depósito Vinculado	-	31.635	-	31.635
	1.984	62.835	-	60.998

- (a) Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento - vide explicação na nota anterior.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada em conjunto Brasnorte são quotistas do fundo de investimento Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento, que foi incluído nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Taesa.

As aplicações financeiras a longo prazo referem-se basicamente aos saldos vinculados mantidos pelas concessões ETAU e Novatrans para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Sindicato de Bancos (Citibank, BNP Paribas e Santander), respectivamente.

Em 06 de janeiro de 2011 o BNDES liberou os recursos, relativos às concessões TSN e NVT, mantidos pela Companhia em contas de aplicação financeira de longo prazo, em virtude dos empréstimos com o BNDES terem sido liquidados pela Companhia em dezembro de 2010, zo.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 24.

7 Contas a receber de clientes e concessão de serviços

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Contas a receber de clientes	108.942	88.004	105.989	85.860
Recebíveis de concessão de serviços	3.491.272	3.312.077	3.287.981	3.122.785
	<u>3.600.214</u>	<u>3.400.081</u>	<u>3.393.970</u>	<u>3.208.645</u>
Circulante	705.640	630.356	686.377	613.894
Não Circulante	2.894.574	2.769.725	2.707.593	2.594.751
	<u>3.600.214</u>	<u>3.400.081</u>	<u>3.393.970</u>	<u>3.208.645</u>

(a) Contas a receber de clientes:

	Consolidado				
	30/9/2011			31/12/2010	
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total
Industrial (i)	3.470	495	2.622	6.587	4.776
Suprimento a outras concessionárias (ii)	103.150	341	1.030	104.521	86.230
Comércio, serviços e outros (iii)	(3.050)	884	-	(2.166)	(3.002)
	<u>103.570</u>	<u>1.720</u>	<u>3.652</u>	<u>108.942</u>	<u>88.004</u>
	<u>Controladora</u>				

Notas Explicativas

	30/9/2011			31/12/2010	
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total
Industrial (i)	3.385	481	2.562	6.428	4.674
Suprimento a outras concessionárias (ii)	100.387	332	1.008	101.726	84.126
Comércio, serviços e outros (iii)	(3.050)	884	-	(2.165)	(2.940)
	<u>100.721</u>	<u>1.697</u>	<u>3.570</u>	<u>105.989</u>	<u>85.860</u>

(i) Industrial - consumidores livres (indústrias)

(ii) Suprimento a outras concessionárias - geradoras, transmissoras e distribuidoras

(iii) Refere-se à provisão para os desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2010, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, deverão ser cobrados no exercício de 2011.

(b) Recebíveis de concessão de serviços:

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia apresenta recebíveis de concessão de serviços no montante de R\$ 3.491.272 (R\$ 3.212.077 em 31 de dezembro de 2010), representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. Os juros incorridos desde o início da construção foram de R\$ 4.108.793.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 7,8 e 14,48%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No período findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia registrou uma receita de R\$ 853.295 (R\$ 671.653 em 30 de setembro de 2009) – vide nota explicativa 25.

Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP)

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão (DIT), que não pertencem à Rede Básica, é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Esta remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Notas Explicativas

A seguir encontra-se a composição da receita das concessionárias de acordo com as Resoluções emitidas pela ANEEL:

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

<u>Ciclo 2011-2012</u>	<u>RAP- RBL</u>	<u>RAP- RBNI</u>	<u>RAP - RBNI FR</u>	<u>RAP - RBL FR</u>	<u>RPEC - DIT</u>	<u>RCDM - DIT</u>	<u>PA - Apuração</u>
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	(2.866)
MUNIRAH	26.008	-	-	-	-	-	127
GTESA	6.340	-	-	-	-	-	(53)
PATESA	15.226	-	-	-	-	-	62
NOVATRANS	370.484	-	-	-	-	-	(3.073)
ETAU (a)	14.261	75	1.238	-	-	680	(326)
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	(1.040)
BRASNORTE (a)	6.583	821	-	661	33	-	50
Total	901.227	10.153	1.238	661	33	680	(7.119)

- Ciclo 2010-2011 - RAP no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011-Resolução ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010:

<u>Ciclo 2010-2011</u>	<u>RAP- RBL</u>	<u>RAP - RBF</u>	<u>RAP - DIT</u>	<u>RPEC</u>	<u>PA - Apuração</u>
TSN	315.383	-	-	-	(2.439)
MUNIRAH	23.029	-	-	-	(196)
GTESA	5.775	-	-	-	(49)
PATESA	13.505	-	-	-	(115)
NOVATRANS	337.500	-	-	-	(2.495)
ETAU (a)	12.721	1.163	623	-	(372)
ETEO	114.194	-	-	-	(972)
BRASNORTE (a)	6.021	604	-	30	189
Total	828.128	1.767	623	30	(6.449)

(a) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões.

Onde:

- RAP - RBL – Rede Básica Licitada
- RAP - RBNI – Rede Básica Novas Instalações
- RAP - RBNI FR – Rede Básica Novas Instalações - Fronteira
- RAP - RBL FR – Rede Básica Licitada – Fronteira
- RPEC - DIT = Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão
- RCDM - DIT – Receita Demais Instalações de Transmissão

Notas Explicativas

- RAP - RB = Receita Básica;
- RAP - RBF = Receita Básica de Fronteira;
- RAP - DIT = Receita das Demais Instalações de Transmissão;
- PA - APURAÇÃO = Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2009-2010/2010-2011).

Acordo de concessão de serviços

O Grupo, por meio das concessões TSN, ETEO, Novatrans, Brasnorte e ETAU, assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na Nota Explicativa 1.

Abaixo se encontram as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

Receita Anual Permitida - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo IGPM (TSN, GTESA, PATESA, Munirah, Novatrans, ETEO e ETAU) e IPCA (Brasnorte).

Ativo financeiro indenizável - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias junto ao órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos estados, onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Notas Explicativas

Faturamento da Receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à receita anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% (cinquenta por cento) da receita anual de operação, manutenção e construção do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. No caso da concessão Brasnorte não há decréscimo da receita faturada do 16º (décimo sexto) ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela Variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 06 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% (dois por cento) do valor da receita anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o poder concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, nos termos, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do art. 4º da Lei no 9.074/95, mediante requerimento da TRANSMISSORA. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

8 Impostos e contribuições sociais

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Ativo				
IRPJ e CSLL antecipados	880	649	880	370
PIS e COFINS a compensar (a)	5.249	5.252	5.246	5.247
IRPJ e CSLL a compensar (b)	2.816	868	2.775	868
Imposto de renda retido na fonte (c)	1.102	19.252	1.102	19.061

Notas Explicativas

IR, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03 (d)	1.241	1.759	1.241	1.725
Outros (e)	3.939	3.709	3.913	3.709
	<u>15.227</u>	<u>31.489</u>	<u>15.157</u>	<u>30.980</u>
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes (f)	1.293	7.453	1.111	7.036
PIS e COFINS	2.708	2.516	2.587	2.426
INSS e FGTS	638	1.123	623	1.091
ISS	176	848	60	268
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833	120	244	25	143
ICMS	135	120	135	100
Outros (g)	232	4.164	227	3.820
	<u>5.302</u>	<u>16.468</u>	<u>4.768</u>	<u>14.884</u>

- (a) Refere-se à créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, calculados à alíquota de 9,25% sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços oriunda das atividades da Taesa Serviços, bem como créditos de PIS e COFINS oriundos de recolhimentos efetuados a maior pela TSN em períodos anteriores.
- (b) Refere-se basicamente aos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados pela TSN no ano-calendário de 2008 e pela ETEO, Taesa Serviços, Novatrans, Alterosa e Brasnorte no ano-calendário de 2010.
- (c) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.
- (d) Refere-se aos impostos e contribuições sociais (IR, CSLL, PIS e COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados aos órgãos e entidades da administração pública pela Taesa Serviços, ETEO, TSN e Novatrans e Brasnorte.
- (e) Refere-se basicamente ao IRRF sobre juros sobre capital próprio apurado pela ETEO no ano-calendário de 2010.
- (f) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais de IRPJ e CSLL calculadas com base em balanços de suspensão ou redução pela Taesa e Brasnorte, bem como a provisão de IRPJ e CSLL apurada pela ETAU calculada com base no regime do lucro presumido.
- (g) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento e terceiros a recolher, bem como ao imposto retido na fonte sobre mútuo recolhido pela ETEO e Brasnorte.

9 Impostos e contribuições diferidos

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativo				
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (a)	11.587	36.757	11.587	36.757
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	12.149	20.882	12.071	18.797
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio (b)	563.110	581.025	563.110	581.025
	<u>586.846</u>	<u>638.664</u>	<u>586.768</u>	<u>636.579</u>
Passivo				
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT	257.857	170.635	256.846	170.635
	<u>257.857</u>	<u>170.635</u>	<u>256.846</u>	<u>170.635</u>

- (a) Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a recuperação dos impostos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e diferenças temporárias, e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia em seu mercado de atuação.
- (b) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/01. Conforme determinação da ANEEL, os valores são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

Expectativa de realização	2011	2012	Total
Prejuízos fiscais			
Imposto de Renda	5.598	2.922	8.520
Contribuição Social	2.015	1.052	3.067
	<u>7.613</u>	<u>3.974</u>	<u>11.587</u>
Diferenças temporárias			
Imposto de Renda	8.933	-	8.933
Contribuição Social	3.216	-	3.216
	<u>12.149</u>	<u>-</u>	<u>12.149</u>
	<u>19.762</u>	<u>3.974</u>	<u>23.736</u>

As Administrações da Companhia e de suas controladas em conjunto elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente

Notas Explicativas

consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

De acordo com o art. 510 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Consolidado					
		30/09/2011			31/12/2010		
		IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Diferenças temporárias ativas							
Amortização ágio Taesa Atlântico	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico - Prov. Integr. PL	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Rateio de antecipação - PA ajuste	25.199	6.300	2.268	8.568	1.166	420	1.586
Provisão gratificação empregados	3.750	938	338	1.276	91	33	124
Provisão fornecedores	233	58	21	79	351	126	477
Provisão parcela variável	2.166	541	195	736	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	4.272	1.068	384	1.452	3.068	1.107	4.175
Total do Ativo		8.933	3.216	12.149	15.353	5.529	20.882
Diferenças temporárias passivas							
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	763.227	189.587	68.270	257.857	125.467	45.168	170.635
Total do Passivo		189.587	68.270	257.857	125.467	45.168	170.635

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Controladora					
		30/09/2011			31/12/2010		
		IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Diferenças temporárias ativas							
Amortização ágio Taesa Atlântico	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico - Prov. Integr. PL	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Rateio de antecipação - PA ajuste	24.970	6.243	2.247	8.490	1.129	406	1.535
Provisão gratificação empregados	3.750	938	338	1.276	91	33	124
Provisão fornecedores	233	58	21	79	342	123	465
Provisão parcela variável	2.166	541	195	736	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	4.272	1.068	384	1.452	1.583	570	2.153
Total do Ativo		8.876	3.195	12.071	13.822	4.975	18.797
Diferenças temporárias passivas							
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	755.429	188.857	67.989	256.846	125.467	45.168	170.635
Total do Passivo		188.857	67.989	256.846	125.467	45.168	170.635

10 Tributos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Ativo				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias - RTT	179	729	179	729

Notas Explicativas

	179	729	179	729
Passivo				
PIS e COFINS diferidos sobre diferenças temporárias - RTT	98.815	93.378	89.440	84.922
	98.815	93.378	89.440	84.922

11 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Cíveis (a)	1.431	1.438	1.242	1.244
Fiscais (b)	2.227	2.012	2.227	2.012
Trabalhistas	129	129	129	129
	3.787	3.579	3.598	3.385

(a) Cíveis

Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN e Taesa Serviços, ETAU e Brasnorte, relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi constituída provisão para contingências, haja vista que a expectativa de perda nesses processos é remota.

(b) Fiscais

- **Contribuição previdenciária:** Mandado de segurança impetrado pela TSN (sucedida pela Taesa) visando a obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo INSS. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito foi efetuado exclusivamente para obtenção de certidão negativa e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 727.
- **Contribuições ao PIS e à COFINS:** Embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário de 2001. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 514.
- **IPI:** Ação anulatória de débito fiscal de IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 771.

Notas Explicativas

- **ICMS:** Ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 215.

12 Investimentos

No período de janeiro a setembro de 2011 a Companhia registrou ganho de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto no valor de R\$ 17.697 (R\$ 359.560 no período de janeiro a setembro de 2010, data em que a Companhia ainda não havia incorporado suas controladas Novatrans, TSN, ETEO e Taesa Serviços).

Em 20 de maio de 2011 a Companhia recebeu dividendos da controlada em conjunto ETAU no valor de R\$1.117 referentes ao exercício de 2009.

Nenhuma das controladas e controladas em conjunto contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido
30/9/2011							
ETAU	14.721	56.378	71.099	10.353	19.993	30.346	40.753
Brasnorte	11.799	98.822	110.621	5.658	25.767	31.425	79.196
	<u>26.520</u>	<u>155.200</u>	<u>181.720</u>	<u>16.011</u>	<u>45.760</u>	<u>61.771</u>	<u>119.949</u>
30/9/2010							
TSN	311.065	1.016.662	1.327.727	120.415	428.107	548.522	779.205
Novatrans	404.153	1.278.938	1.683.091	180.873	580.822	761.695	921.396
ETEO	155.306	418.209	573.515	17.981	105.087	123.068	450.447
ETAU	12.583	52.654	65.237	9.010	22.760	31.770	33.467
Brasnorte Taesa Serviços	14.656	90.381	105.037	6.407	29.743	36.150	68.888
	<u>33.863</u>	<u>4.832</u>	<u>38.695</u>	<u>1.682</u>	<u>3.766</u>	<u>5.448</u>	<u>33.247</u>
	<u>931.626</u>	<u>2.861.676</u>	<u>3.793.302</u>	<u>336.368</u>	<u>1.170.285</u>	<u>1.506.652</u>	<u>2.286.649</u>

Participação	Quantidade de ações	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
--------------	------------------------	----------	----------	----------------------	-----------------------------

Notas Explicativas

30/9/2011						
ETAU	52,5838%	34.895.364	15.993	(4.282)	11.711	11.711
Brasnorte	38,6645%	191.052.000	13.686	(7.699)	5.986	5.986
			<u>29.679</u>	<u>(11.982)</u>	<u>17.697</u>	<u>17.697</u>
30/9/2010						
TSN	100,00%	345.685.809	269.096	(112.390)	156.706	156.706
Novatrans	100,00%	407.322.896	266.311	(120.947)	145.364	145.364
ETEO	100,00%	37.257.198	83.423	(34.569)	48.854	48.854
ETAU	52,5838%	34.895.364	12.400	(4.754)	7.646	7.646
Brasnorte	38,67%	179.052.000	10.390	(8.481)	1.909	1.909
Taesa Serviços	100,00%	42.396.340	1.671	(2.590)	(919)	(919)
			<u>643.291</u>	<u>(283.731)</u>	<u>359.560</u>	<u>359.560</u>

13 Intangível

	Vida Útil	Consolidado	
		30/9/2011	31/12/2010
Com vida Útil Definida			
Softwares Adquiridos	5 anos	568	774
Com vida Útil Indefinida			
Ágio da incorporação da Munirah (a)	Indefinida	3.352	3.352
Patentes e marcas registradas	Indefinida	33	33
		<u>3.953</u>	<u>4.159</u>

(a) O ágio pela aquisição da Munirah é baseado na expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo deixou de sofrer amortização e deverá ter sua recuperabilidade testada pelo menos anualmente de acordo com o CPC01.

14 Outras contas a receber e a pagar

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (a)	2.299	1.774	1.906	1.023
Partes relacionadas (b)	1	49	5.437	1.248
Outras contas a receber (c)	3.221	2.643	3.048	2.541
	<u>5.521</u>	<u>4.466</u>	<u>10.391</u>	<u>4.852</u>
Ativo não circulante				
Partes relacionadas (b)	36	2.002	68	3.274

Passivo circulante

Notas Explicativas

Folha de pagamento	8.843	3.424	8.801	3.415
Compensação Ambiental (d)	2.271	3.496	1.547	2.748
Outros credores	211	3.544	140	3.544
	<u>11.325</u>	<u>10.464</u>	<u>10.488</u>	<u>9.707</u>
Passivo não circulante				
Rateio de antecipação (e)	26.286	5.366	25.648	5.054
Partes relacionadas (b)	738	2.035	969	953
Outras contas a pagar	162	108	161	108
	<u>27.186</u>	<u>7.509</u>	<u>26.778</u>	<u>6.115</u>

- (a) Adiantamento a fornecedores para compra de equipamentos e prestação de serviços.
- (b) Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, suas controladas e controladas em conjunto, e profissionais-chave da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Abaixo segue a composição com partes relacionadas:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo circulante:				
Dividendos a receber da ETAU	-	-	5.436	1.200
Contas a Receber Membros da Administração (iv)	<u>1</u>	<u>49</u>	<u>1</u>	<u>48</u>
	<u>1</u>	<u>49</u>	<u>5.437</u>	<u>1.248</u>
Ativo não circulante:				
Mútuo Taesa X Brasnorte (ii)	-	1.622	-	2.644
Contas a Receber Taesa X ETAU (ii)	23	20	47	42
Contas a Receber Taesa X Brasnorte	<u>13</u>	<u>360</u>	<u>22</u>	<u>-</u>
	<u>36</u>	<u>2.002</u>	<u>69</u>	<u>2.686</u>
Passivo não circulante:				
Contas a pagar TAESA X CEMIG (i)	298	298	298	298
Contas a pagar TAESA X Brasnorte (ii)	411	402	671	655
Contas a pagar Brasnorte X Bimetal (iii)	-	1.290	-	-
Conta a pagar ETAU X Eletrosul (iii)	<u>29</u>	<u>45</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>738</u>	<u>2.035</u>	<u>969</u>	<u>953</u>

(i) Transações entre a Companhia e sua controladora - Taesa x CEMIG:

Notas Explicativas

Com base na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia, a Cemig Geração e Transmissão S.A efetuou o pagamento do valor total da remuneração dos administradores referente ao exercício de 2009 - R\$ 419, ficando a Taesa com a obrigação de reembolsá-los em período posterior.

(ii) Transações entre as empresas controladas:

Taesa x Brasnorte - mútuo - Em 16 de fevereiro de 2009 a Brasnorte e a Taesa assinaram um contrato, onde a Taesa como mutuante, entregou à Brasnorte como mutuaria o montante de R\$ 42.193 à título de mútuo com encargos financeiros com base na variação de CDI + 6,6% a.a. Durante o exercício de 2009, parte do saldo do mútuo foi utilizado para aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 38.430. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R\$ 2.700.

Taesa x Brasnorte - contas a pagar - Refere-se ao IRRF não retido sobre o pagamento de mútuo por parte da Brasnorte.

Taesa x Etau - contas a receber - As transações realizadas entre a Taesa Serviços (sucetida pela Taesa) e a ETAU referem-se a contrato de prestação de serviços de “Back office” para atividades administrativas, assinado em 03 de julho de 2008, no montante mensal de R\$ 39 reajustados anualmente pelo IGPM e com prazo de vigência de 4 (quatro) anos a partir da sua assinatura

Brasnorte x Taesa - contas a receber - Em 25 de abril de 2008 a Brasnorte e a TSN (sucetida pela Taesa) assinaram um contrato de comodato, onde a TSN como comodante, cedeu a Brasnorte, comodatária, parte do imóvel que é usado para a sede da Empresa. O contrato foi aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.636 de 25/04/2008. Não houve valor para o contrato assinado entre as partes.

(iii) Transações entre as controladas em conjunto Etau e Brasnorte e seus outros acionistas:

O saldo no consolidado das transações abaixo refere-se à participação dos demais acionistas, não eliminada na consolidação:

Brasnorte x Bimetal - contas a pagar - O saldo registrado no passivo da Brasnorte refere-se a contratação da Bimetal para construção da linha de transmissão Brasnorte. Em 19 de março de 2008 a Brasnorte e a Bimetal assinaram um contrato de fornecimento de materiais e prestação de serviços, na modalidade empreitada integral, para a implantação das linhas de transmissão, objeto da concessão adquirida pela Brasnorte. O contrato assinado entre as partes possui valor total de R\$ 85.476. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R\$ 3.728.

ETAU x Eletrosul e CEEE - contas a pagar - Em 30 de dezembro de 2004 a ETAU e a CEEE (um de seus controladores) assinaram um contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo período da concessão, em conformidade com os procedimentos de rede, a legislação aplicável e com eventuais determinações do ONS, utilizando a mesma infra-estrutura e logística com as quais realiza a operação e manutenção das instalações e equipamentos que compõem as concessões de transmissão da CEEE. O contrato foi substituído em 23 de junho de 2010 por dois novos contratos de O&M. Um desses contratos

Notas Explicativas

foi celebrado entre a ETAU e a CEEE e o outro entre a ETAU e a Eletrosul. Tal substituição se deve ao fato de que a CEEE cedeu parte do escopo do contrato de O&M para a Eletrosul, buscando otimizar a execução destas atividades. Ambos os contratos possuem vigência de 4 anos a partir da data de assinatura (23/06/2010) e possuem os seguintes valores mensais: CEEE x ETAU - R\$ 135 (R\$ 270 nos seis primeiros meses) e Eletrosul x ETAU - R\$ 43 (R\$ 85 nos seis primeiros meses).

Em 15 de abril de 2004 a ETAU e a CEEE assinaram um contrato compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnicos - operacionais para implementação da linha de transmissão conforme determina o Edital de Licitação, com prazo até a extinção de uma das concessões. O contrato assinado entre as partes possui valor de R\$ 10 mensais atualizados anualmente, pelo IGP-M.

(iv) Transações entre Taesa e membros da Administração:

Refere-se ao saldo a receber pela TSN (sucida pela Taesa) dos membros da Administração do Grupo Taesa oriundo da venda dos veículos de propriedade da Companhia e de uso pelos mesmos. O contrato de compra e venda foi celebrado em 09 de fevereiro de 2010 pelas partes e o pagamento será realizado em 20 (vinte) parcelas iguais.

- (c) Refere-se basicamente às despesas antecipadas de seguros (vide nota explicativa 21), adiantamentos de viagem e adiantamento de 13º salário.
- (d) Refere-se à provisão das obrigações com IBAMA e FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental cujo desembolso no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$24 (R\$4.294 no período de janeiro a setembro de 2010).
- (e) A ANEEL, por meio de Ofício nº 237/2005-SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo, no período de janeiro a setembro de 2011, o montante de R\$ 25.929 (R\$ 6.354 no período de janeiro a setembro de 2010).
Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP para o período findo em 30 de setembro de 2011, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2012.

15 Empréstimos e financiamentos

Consolidado		
Passivo Circulante	Não Circulante	Total

Notas Explicativas

	Encargos da Dívida	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	30/9/2011	31/12/2010
Moeda Nacional									
Instituição financeira - Concessão									
BNDES – ETAU (a)	87	3.564	-	3.652	19.006	-	19.006	22.658	24.955
Sind.de bancos – Taesa (c)	194	16.199	-	16.392	20.249	-	20.249	36.641	48.852
CEF- Brasnorte (b)	146	4.188	(125)	4.209	15.710	(205)	15.505	19.714	22.761
	427	23.951	(125)	24.253	54.965	(205)	54.760	79.013	96.568

Parcelas vencíveis a longo prazo por indexador	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
URTJ	3.031	3.031	3.031	3.031	3.031	1.010	16.165
UMBND5	532	532	532	532	532	177	2.837
CDI	5.097	20.388	4.189	4.189	2.100	-	35.963
(-) Custos CEF	(27)	(88)	(58)	(29)	(3)	-	(205)
	8.633	23.863	7.694	7.723	5.660	1.187	54.760

Fonte	Concessão	Início do Pagamento	Juros	Despesa Financeira em 30/09/2011	Parcelas a Vencer em 30/09/2011	Vencimento do Contrato
BNDES						
	ETAU Subcrédito "A" e "C"(a)		Cesta de Moedas + 4,0% a.a.	2.243	76	15/1/2018
	Subcrédito "B" e "D" (a)	15/2/2006	TJLP + 4,0% a.a.			
CEF						
	BRAS (b)	10/7/2010	117,5% do CDI	2.102	57	10/6/2016
SINDICATO DE BANCOS						
	NVT(e)	19/12/2006	CDI + 0,90% a.a.	3.836	27	15/12/2013

(a) O empréstimo com o BNDES foi obtido para a construção da linha de transmissão da concessão.

(b) Em 10 de junho de 2010, a controlada compartilhada Brasnorte obteve junto a Caixa Econômica Federal - CEF um financiamento de capital de giro de longo prazo no montante de R\$ 65.000. O financiamento possui as seguintes garantias: aval corporativo dos principais sócios da Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A (não solidário e limitado a participação de cada sócio na Companhia), penhor de 100% das ações detidas pelos sócios e cessão fiduciária dos direitos creditórios. O prazo do financiamento é de 6 anos, sem carência, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 117,5% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O valor dos juros e principal é devido em 72 parcelas mensais, tendo sido o primeiro pagamento efetuado em 12 de julho de 2010. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$ 529

Notas Explicativas

(valor proporcional a participação na controlada em conjunto Brasnorte) e a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimo foi de 2,16%.

- (c) Financiamento feito por meio do Sindicato de bancos representado por Santander Banespa S.A, BNP Paribas Brasil S.A e Citibank S.A.

Cláusulas Restritivas	BNDES	Sindicato de Bancos	CEF
	ETAU	Taesá	Brasnorte
Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes. A periodicidade do cálculo do ICD é trimestral.	x		
Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" aberta para tal fim.	x		x
Constituir em favor do BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank), e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.	x		
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar os direitos creditórios dados em garantia, sem prévio e expresse consentimento da CAIXA. A Companhia obriga-se a não alienar ou oferecer em garantia o seu ativo permanente, sem prévia anuência da CEF. Na hipótese de venda, total ou parcial, das ações pertencentes a qualquer dos acionistas a um terceiro estranho à sociedade, será necessária prévia autorização. Apresentar trimestralmente cópia devidamente registrada pelo órgão competente de seu Estatuto Social e eventuais alterações.			x
Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).	x	x	
Sem prévia autorização do BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank): não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.	x	x	
Não firmar contratos de mútuo entre pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença, bem como não efetuar redução de seu Capital Social até a liquidação de todas as obrigações assumidas, sem prévia anuência do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).		x	

Notas Explicativas

Cláusulas Restritivas	BNDES	Sindicato de Bancos	CEF
	ETAU	Taesa	Brasnorte
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia anuência do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank), a ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de comunicação nesse sentido.		x	
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.	x		
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.		x	
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a sua atividade devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.			x

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia e suas controladas em conjunto apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos nos contratos.

16 Debêntures

	Consolidado						Total	
	Passivo Circulante			Não Circulante			30/9/2011	31/12/2010
	Encargos da Dívida	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debêntures - Taesa	46.177	(1.761)	44.416	1.434.089	(4.135)	1.429.954	1.474.370	1.444.728

Parcelas vencíveis a longo prazo por indexador	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
CDI	-	115.000	327.500	327.500	195.000	195.000	1.160.000
IPCA	-	91.363	91.363	91.363	-	-	274.089
(-) Custos debêntures	(416)	(1.471)	(1.162)	(607)	(327)	(152)	(4.135)
	(416)	204.893	417.701	418.256	194.673	194.848	1.429.954

Fonte	Concessão	Início do Pagamento	Juros	Despesa Financeira em 30/09/2011	Parcelas a Vencer em 30/09/2011	Vencimento do Contrato
-------	-----------	---------------------	-------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------

Debêntures - 1ª emissão

Taesa (a)	15/7/2011	CDI+1,3 %a.a		34.254	5	15/7/2015
Taesa (a)	16/7/2011	IPCA+7,91% a.a		31.500	5	15/7/2015

Notas Explicativas

Debêntures - 2ª emissão

Taesa (b)	15/6/2011	CDI+1,4 %a.a	40.966	9	15/12/2015
Taesa (b)	15/6/2011	CDI+1,6 %a.a	23.998	13	15/12/2017
Taesa (b)	15/6/2011	CDI+1,6 %a.a	14.203	13	15/12/2017

- (a) Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 (sessenta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentas) da Primeira Série, no valor de R\$ 345.000 e 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentas) da Segunda Série, no valor de R\$ 255.000, perfazendo um valor total de R\$ 600.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a companhia nos dias 2 e 3 de agosto totalizando R\$ 602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- Espécie: Quirografia;
- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da Primeira Série e Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015; e
- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série não será atualizado. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA").
- Remuneração:
 - 1ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento); e
 - 2ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da segunda série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91% (sete inteiros e noventa e um centésimos por cento).
- Data de Pagamento dos juros: Os juros incidentes sobre as debêntures da Primeira Série e Segunda Série devem ser pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo que o primeiro

Notas Explicativas

pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011 e o último pagamento será em 15 de julho de 2015.

- **Prazo de Amortização:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.

A emissão das Debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 01 de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 (quinhentas e cinquenta) notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$ 1.000. As Notas Promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$ 550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% (cento e treze por cento) da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas Notas Promissórias foi efetuado em 03 de agosto de 2010 no valor total de R\$ 592.605, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente foi utilizado pela Emissora para capital de giro. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$ 3.094.

- (b) Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 (oito mil cento e cinquenta) Debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) da Primeira Série, no valor de R\$ 425.000, 2.450 (duas mil quatrocentas e cinquenta) da Segunda Série, no valor de R\$ 245.000 e 1.450 (mil quatrocentas e cinquenta) da Quarta Série, no valor de R\$ 145.000, perfazendo um valor total de R\$ 815.000. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de Bookbuilding.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a companhia no dia 17 de dezembro totalizando R\$ 815.750, valor este já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão.

As Debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- **Espécie:** As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série são da espécie quirografária e as Debêntures da Quarta Série são da espécie subordinada. Em 27 de junho de 2011 entrou em vigor a Lei nº 12.431, que, dentre outras disposições, revogou o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, que dispunha sobre os limites de emissão de debêntures que deveriam ser observados por emissores de valores mobiliários. Em 20 de julho de 2011 a AGE aprovou a convolação das Debêntures da Quarta Série da espécie subordinada para a espécie quirografária e em 01 de agosto de 2011 ocorreu a celebração de aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures.
- **Tipo e Forma:** Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de

Notas Explicativas

2015. As Debêntures da Segunda e Quarta Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017.

- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da Primeira, Segunda e Quarta Série não será atualizado.
- Remuneração:
 - 1ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento).
 - 2ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento).
 - 4ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento).
- Data de Pagamento dos juros:
 - 1ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da Primeira Série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2015.
 - 2ª série e 4ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da Segunda e Quarta Série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2017.
- Prazo de Amortização:
 - 1ª série - O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015.
 - 2ª série e 4ª série - O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda e Quarta Série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017.

A emissão das Debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados no aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia Novatrans

Notas Explicativas

Energia S.A e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A (sucidadas pela Taesa), nos montantes de R\$ 372.275 e até R\$ 434.638, respectivamente. Tais recursos, adicionados ao saldo de caixa dessas concessionárias, foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$ 372.275 na Novatrans e R\$ 435.410 na TSN.

Cláusulas Restritivas	Sindicato de Bancos (1ª emissão de Debêntures)	ITAÚ (2ª emissão de Debêntures)
	TAESA	TAESA
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.		x
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto (i) por determinação legal, ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação de suas controladas TSN, Novatrans, ETEO, Taesa Serviços e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.		x
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outra moeda.		x
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00.		x
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.		x
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	x	x
Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.	x	x
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	x	x

Notas Explicativas

17 Provisões

A Companhia e suas controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado			
	31/12/2010	Adições	Baixas	30/9/2011
Trabalhistas	71	23	(8)	86
Fiscais	209	-	-	209
Cíveis	179	25	-	204
	459	48	(8)	499
	Controladora			
	31/12/2010	Adições	Baixas	30/9/2011
Trabalhistas	71	16	-	87
Fiscais	209	-	-	209
Cíveis	10	25	-	35
	290	41	-	331

Os valores apresentados acima estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo.

As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente as ações trabalhistas (reclamação de horas extras), discussão dos valores a pagar referentes à faixa de servidão, bem como manifestações de inconformidade relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Em 30 de setembro de 2011, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 58.802 (R\$ 57.923 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As principais causas classificadas como sendo de êxito possível pelas concessonárias da Taesa são:

- **TSN** - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referente à supostas irregularidades

Notas Explicativas

nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em montante de R\$ 36.184, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$ 513.

- **Novatrans** - Referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário de 2008, bem como manifestações de inconformidade referente à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 6.945.

A Novatrans e TSN vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual está sendo requerida a compensação dos débitos tributários realizados no período de abril de 2001 e janeiro de 2004 a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Baseado na opinião de seus consultores fiscais de que as chances de êxito nesse processo são prováveis, na Interpretação Técnica nº 02/2006 emitida pelo IBRACON e na resolução CFC nº 1.180 de 24/07/2009, nenhuma provisão foi constituída.

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária junto à ANEEL.

18 Imposto de renda

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por 5 (cinco) anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

Correntes

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	30/9/2011	30/9/2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	620.161	459.880
Alíquota nominal	34%	34%

Notas Explicativas

	<u>(210.855)</u>	<u>(156.359)</u>
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados pela controladora	-	(10.289)
Prejuízo fiscal apurado pela Taesa Serviços	-	(312)
Prejuízo fiscal apurado pela Brasnorte	-	(493)
Complemento/reversão de provisões	(7.407)	411
	133	
Ajuste RTT - amortização de ágio Munirah		378
	85678	
Ajuste RTT - novas regras CPC		37.219
	3694	
Diferença de alíquota lucro presumido x lucro real - ETAU		1.372
	10942	
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE		15.777
Amortização de ágio Taesa Atlântico	24.792	-
Amortização de ágio Alterosa	8680	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	25.235	-
	(279)	
Outras		(967)
Imposto de renda e contribuição social (I)	<u>(59.385)</u>	<u>(113.263)</u>
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE (II)	32.181	46.403
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE (Reclas. para Outras Rec. Operacionais) (II)	(32.181)	(46.403)
Alíquota efetiva	9%	24%
Incentivo Fiscal IRPJ - Outros (III)	765	1.028
Efeito total de IRPJ e CSLL no resultado (I+II+III)	<u>(58.620)</u>	<u>(112.235)</u>

- ***Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE***

Em 30 de julho de 2003, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à controlada TSN um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido pela unidade produtiva de Bom Jesus da Lapa, posteriormente ampliado para as unidades produtivas de Sapeaçu e Camaçari decorrentes da aquisição e incorporação da Munirah. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo

Notas Explicativas

parte da área incentivada pela SUDENE. Em 30 de novembro de 2007, através da incorporação das empresas GTESA e PATESA, que também possuíam 100% de sua área incentivada pelo fato de suas linhas estarem localizadas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o percentual total da TSN (sucédida pela Taesa) referente ao benefício supracitado passou a ser de 85,34%.

Em 16 de novembro de 2004, a Novatrans obteve junto à Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, através do Laudo Constitutivo nº 169/2004, o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida nos Estados de Maranhão e Tocantins. O benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Norte-Sul II de 73,29%, sendo este o percentual da linha que se encontra nos dois Estados que fazem parte da área incentivada pela SUDAM.

Em 31 de dezembro de 2010, com a incorporação das empresas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, o percentual total da Taesa referente ao benefício supracitado passou a ser de 68,21%.

Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Considerando que TSN e Novatrans foram incorporadas à Companhia em 31 de dezembro de 2010, os benefícios fiscais decorrentes dos incentivos fiscais de redução do IRPJ estão sendo aproveitados pela Companhia, sucessora em bens, direitos e obrigações, no ano-calendário de 2011.

Diferidos

	Consolidado	
	30/9/2011	30/9/2010
Imposto de renda	(102.220)	(25.258)
Contribuição social	(36.820)	(9.093)
	<u>(139.040)</u>	<u>(34.350)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

Notas Explicativas

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.312.536, sendo representado por 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais.

O Estatuto Social prevê que a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 1.400.000, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2011 era a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Invest. em Part. Coliseu - FIP Coliseu	101.678.120	49,96%	-	0,00%	101.678.120	38,59%	101.678.120	38,59%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%	149.374.291	56,69%
Free Float	4.148.824	2,04%	8.297.648	13,83%	12.446.472	4,72%	-	-
Conselheiros	22	0,00%	-	0,00%	22	0,00%	-	-
Pessoas Vinculadas	2	0,00%	-	0,00%	2	0,00%	-	-
Total	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%	251.052.411	95,28%

As ações preferenciais têm direito a voto, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 6º do estatuto social da Companhia, tais ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;
- (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
- (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4. 1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Notas Explicativas

b. Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

c. Reserva especial

Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2009 após a distribuição de dividendos intercalares e a destinação da reserva legal no montante de R\$ 106.330. Em 17 de novembro de 2010 a reserva foi revertida para pagamento de dividendos intermediários (vide letra e - remuneração aos acionistas).

d. Reserva especial de ágio

Com base do disposto na Instrução CVM nº 319 de 03 de dezembro de 1999, art 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$ 412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$ 182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa.

e. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2009

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 08 de novembro de 2010, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários referentes à conta de reserva de lucros registrada no balanço social aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 16 de abril de 2010.

Os dividendos no valor de R\$ 106.330 foram pagos no dia 17 de novembro de 2010, com base nos dados cadastrais da instituição que detém a custódia das ações emitidas pela Companhia (Banco Itaú S.A.) no dia 08 de novembro de 2010. Permaneceu em poder da Companhia um saldo de R\$3 referentes aos acionistas minoritários que não disponibilizaram seus dados cadastrais ao banco em que possuem conta corrente.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009

Em 27 de abril de 2011 a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia retificou a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009. A nova destinação dos recursos aprovada pela Assembléia segue descrita abaixo:

Total a destinar

Lucro líquido de 2010	428.630
-----------------------	---------

Notas Explicativas

Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas	333.415
	<u>762.045</u>
Destinações	
Lucro líquido de 2010:	428.630
Reserva legal (5%)	(21.432)
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	(203.599)
Dividendos adicionais propostos (50%)	(203.599)
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas:	333.415
Dividendos adicionais propostos	(333.415)
Reserva legal	(21.432)
Dividendos	<u>(740.613)</u>
Total destinado	<u>(762.045)</u>

Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2010 e lucros acumulados até o exercício de 2009

Em 31 de maio de 2011 a Companhia pagou a primeira parcela de dividendos no valor de R\$ 407.199, com base na posição acionária de 27 de abril de 2011. Conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de mesma data, o valor de R\$ 333.415 será pago até 31 de outubro de 2011.

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais-chave da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Administradores - No período compreendido entre janeiro a setembro de 2011, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 1.482 (R\$ 1.653 no período de janeiro a setembro de 2010), sendo contabilizadas como despesas com “pessoal - administradores”. Ocorreram benefícios adicionais aos Administradores no valor de R\$ 66 (R\$0 em setembro de 2010).

Remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal

1. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de setembro de 2011:
 - a. *Conselho de administração*: Remuneração fixa: 100%

Notas Explicativas

- b. *Comitês*: Os membros dos Comitês da Companhia não recebem remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- c. *Diretoria*: Remuneração fixa: 77% e Remuneração Variável: 23%
- d. *Conselho fiscal*: Remuneração fixa: 100%
2. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 30 de setembro de 2011:

Período findo em setembro de 2011	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11	3	5	19
Remuneração fixa trimestral	1.063	1.482	192	2.737
Salário ou pró-labore	1.063	1.416	192	2.671
Benefícios diretos e indiretos	n/a	66	n/a	66
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	436	n/a	436
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	436	n/a	436
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração	1.063	1.918	192	3.173

(n/a) = Não Aplicável

3. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 30 de setembro de 2011:

Período findo em setembro de 2011	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11	3	5	19
Valor da maior remuneração individual no trimestre	23	180	12	-
Valor da menor remuneração individual no trimestre	11	171	4	-

Notas Explicativas

Valor médio de remuneração individual no trimestre 17 178 9 -

21 Cobertura de seguros

O Grupo Taesa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, e conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

No processo de renovação de seguros realizado em 2010 foram alterados os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação. Destaca-se que essa alteração de critérios em nada impacta na exposição ao risco das controladas, mantendo-as com elevados níveis de segurança à potenciais sinistros. O processo de renovação de seguros do exercício de 2011 manteve os mesmos critérios utilizados no exercício de 2010.

As concessões do Grupo Taesa possuem cobertura de seguros contra incêndio, riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores – D&O.

As concessões do Grupo Taesa, bem como outras empresas relevantes do setor, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma conseqüência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Responsabilidade Civil					
Empresa	Seguradora	Vigência	Taxa	LMI	Prêmio Total
Taesa - TSN	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2780%	10.000	28
Taesa -PATESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0121%	10.000	1
Taesa -GTESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0051%	10.000	1
Taesa -MUNIRAH	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0206%	10.000	2
Taesa -NVT	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2952%	10.000	30
Taesa -ETEO	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,1013%	10.000	10
ETAU	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0255%	10.000	3
Brasnorte	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0187%	10.000	2

Risco Operacional (Subestações, Almoxarifado, Instalações Prediais)					
Empresa	Seguradora	Vigência	LMI	Valor em Risco	Prêmio Total
Taesa - TSN	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	240.568	239
Taesa	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	1.635	2
Taesa -NVT	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	259.279	258

Notas Explicativas

Taesa - ETEO	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	15.264	15
ETAU	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	9.763	10
Brasnorte	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	49.354	49

Veículos Próprios e Terceirizados (R\$)					
Empresa	Seguradora	Vigência	Cobertura	Total de Veículos	Prêmio Total
Taesa - TSN	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	45	111
Taesa - NVT	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	39	120
Taesa - ETEO	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	11	30
Brasnorte	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	6	11

Directors And Officers					
Empresa	Seguradora	Vigência	Taxa	LMG	Prêmio Total
Taesa	Banco Fator	04/05/11 a 04/05/12	0,35%	10.000	35

22 Garantias

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia oferecia as seguintes garantias para captação de recursos por meio de suas concessões:

Garantidor (concessões)	Beneficiário	Garantias de contratos de financiamento
ETAU	BNDES	1 - 100% das ações da ETAU detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE e DME 2 - Direitos da concessão ETAU 3 - Recebíveis da concessão ETAU
Brasnorte	CEF	1 - 100% das ações da Brasnorte detidas pelos controladores: Taesa, Eletronorte e Bimetal 2 - Direitos creditórios da concessão Brasnorte 3 - Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte

23 Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, em função desses instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Notas Explicativas

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para empréstimos, financiamentos e debêntures, o valor contábil não difere do valor justo, dadas as condições contratuais desses instrumentos financeiros, que permitem registrá-los pelo valor de curva, pois não há qualquer cláusula de resgate ou liquidação que pudesse interferir na avaliação do valor justo na data de apresentação dessas informações trimestrais.

Considerando que o valor justo é o montante pelo qual um passivo poderia ser liquidado e que os financiamentos existentes tratam-se de dívidas bancárias, a Companhia entende que o saldos contábeis apresentados em nosso balanço patrimonial refletem o seu valor justo, visto que no caso de uma possível liquidação da dívida em 30 de setembro de 2011, o valor do desembolso seria exatamente igual ao valor contabilizado.

		Consolidado			
		30/9/2011		31/12/2010	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Outros Investimentos	6	1.984	1.984	62.835	62.835
Contas a receber de clientes	7	108.942	108.942	88.004	88.004
Recebíveis de concessão de serviços	7	3.491.272	3.491.272	3.312.077	3.312.077
		<u>3.602.198</u>	<u>3.602.198</u>	<u>3.462.916</u>	<u>3.462.916</u>
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos	15	79.013	79.013	96.568	96.568
Debêntures	16	1.474.370	1.474.370	1.444.728	1.444.728
		<u>1.553.383</u>	<u>1.553.383</u>	<u>1.541.296</u>	<u>1.541.296</u>
		Controladora			
		30/9/2011		31/12/2010	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Outros Investimentos	6	-	-	60.998	60.998
Contas a receber de clientes	7	105.989	105.989	85.860	85.860
Recebíveis de concessão de serviços	7	3.287.981	3.287.981	3.122.785	3.122.785
		<u>3.393.970</u>	<u>3.393.970</u>	<u>3.269.643</u>	<u>3.269.643</u>
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos	15	36.641	36.641	48.852	48.852
Debêntures	16	1.474.370	1.474.370	1.444.728	1.444.728
		<u>1.511.011</u>	<u>1.511.011</u>	<u>1.493.580</u>	<u>1.493.580</u>

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação - os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e não ocorreram transferências de níveis no período observado.

Em 30 de setembro de 2011, a classificação e mensuração dos principais instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

Consolidado									
30/9/2011				31/12/2010					
Nota	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível		
Ativos financeiros									
	Outros Investimentos	6	1.984	-	1.984	62.835	-	62.835	2
	Contas a receber de clientes	7	-	108.942	108.942	-	88.004	88.004	3
	Recebíveis de concessão de serviços	7	-	3.491.272	3.491.272	-	3.312.077	3.312.077	3
			<u>1.984</u>	<u>3.600.214</u>	<u>3.602.198</u>	<u>62.835</u>	<u>3.400.081</u>	<u>3.462.916</u>	
			Custo amortizado	-	Total	Custo amortizado	-	Total	
Passivo financeiro									
	Empréstimos e financiamentos	15	79.013	-	79.013	96.568	-	96.568	
	Debêntures	16	1.474.370	-	1.474.370	1.444.728	-	1.444.728	
			<u>1.553.383</u>	-	<u>1.553.383</u>	<u>1.541.296</u>	-	<u>1.541.296</u>	

Controladora									
30/9/2011				31/12/2010					
Nota	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível		
Ativos financeiros									
	Outros Investimentos	6	-	-	-	60.998	-	60.998	2
	Contas a receber de clientes	7	-	105.989	105.989	-	85.860	85.860	3

Notas Explicativas

Recebíveis de concessão de serviços	7	-	3.287.981	3.287.981	-	3.122.785	3.122.785	3
		-	3.393.969	3.393.969	60.998	3.208.645	3.269.643	
		Custo amortizado	-	Total	Custo amortizado	-	Total	
Passivo financeiro								
Empréstimos e financiamentos	15	36.641	-	36.641	48.852	-	48.852	
Debêntures	16	1.474.370	-	1.474.370	1.444.728	-	1.444.728	
		1.511.011	-	1.511.011	1.493.580	-	1.493.580	

Abaixo encontra-se a conciliação entre os montantes de abertura e fechamento do Nível 3 - recebíveis de concessão de serviços, no período findo em 30 de setembro de 2011.

Consolidado						
	Participação	31/12/2010	Adição	Juros	Recebimentos	30/9/2011
TSN	100,00%	1.156.928	-	225.558	(165.396)	1.217.090
ETEO	100,00%	490.670	-	86.003	(67.156)	509.517
NVT	100,00%	1.475.187	-	291.592	(205.404)	1.561.375
ETAU	52,5838%	92.662	-	12.220	(6.915)	97.967
BRASNORTE	38,6645%	96.630	1.275	12.377	(4.958)	105.324
TOTAL		3.312.077	1.275	627.750	(449.830)	3.491.272

Controladora						
	Participação	31/12/2010	Adição	Juros	Recebimentos	30/9/2011
TSN	100,00%	1.156.928	-	225.558	(165.396)	1.217.090
ETEO	100,00%	490.670	-	86.003	(67.156)	509.517
NVT	100,00%	1.475.187	-	291.592	(205.404)	1.561.375
TOTAL		3.122.785	-	603.153	(437.957)	3.287.981

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos:

- **Outros investimentos:** as aplicações financeiras estão valorizadas pela taxa do CDI na data do balanço, que corresponde ao seu valor justo.

Notas Explicativas

- **Recebíveis de concessão de serviços:** os saldos são classificados como “empréstimos e recebíveis” estão mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando os fluxos de recebimentos ajustados a valor presente, utilizando a taxa de retorno do investimento na data de apresentação das informações trimestrais.
- **Empréstimos e financiamentos:** mensurados pelo “método do custo amortizado”, considerando-se as características contratuais dos empréstimos e financiamentos. Os valores justos para os financiamentos de BNDES são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os demais empréstimos e financiamentos já refletem a mensuração por taxas contratuais que representam os valores a liquidar na data de apresentação.
- **Debêntures:** mensuradas pelo valor do P.U. (preço unitário) divulgado diariamente pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). Os valores justos para as debêntures são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que os saldos contabilizados já refletem a mensuração por preços de mercado na data de apresentação.

24 Gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos

a. Visão geral

O Grupo Taesa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de liquidez;
- (iii) Risco de mercado; e
- (iv) Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supracitados, os objetivos do Grupo, gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo Taesa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco do Grupo Taesa visa identificar e analisar os riscos por ele enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo Taesa, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo Taesa. A auditoria interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões pontuais de controles de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados a Administração.

Notas Explicativas

c. Tipos de risco

1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo Taesa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o ONS, a transmissora e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.”

São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelo usuário às concessionárias de transmissão e ao O.N.S, pelos serviços prestados e discriminados no CUST:

- (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e
- (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção:

- (i) Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores;
- (ii) As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e
- (iii) Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Investimentos - o Grupo Taesa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em aplicações financeiras de caráter não especulativo, administradas por bancos de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo Taesa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Notas Explicativas

Historicamente o Grupo Taesa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

3. *Riscos de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo Taesa cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco País - O risco país decorre das decisões de política econômica, monetária e fiscal que podem ser implantadas pelo Governo Federal e que podem influenciar os resultados do Grupo que estão diretamente dependentes das variações das condições econômicas no país tais como, entre outras, inflação, custo da dívida e taxas de câmbio.

Risco da moeda - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos indexados em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo, o Real (R\$). Em 30 de setembro de 2011 o Grupo possui R\$576 (0,04%) de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar americano). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, porém de forma irrelevante.

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas do Grupo Taesa. Isso proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos, fazendo com que a contabilidade de hedge não seja aplicada nessas circunstâncias.

Risco de taxa de juros - O Grupo Taesa está exposto ao risco de não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e o das suas receitas, considerando o reajuste da receita de disponibilização de energia elétrica.

Risco de inflação - A receita do Grupo é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - O Grupo poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

4. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do

Notas Explicativas

Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- (vii) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (viii) Treinamento e desenvolvimento profissional;
- (ix) Padrões éticos e comerciais; e
- (x) Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento com as normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia.

Gestão de capital - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

Não houve alterações na abordagem do Grupo à administração de capital durante o ano.

Riscos Regulatórios - o Grupo está sujeito a extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema

Notas Explicativas

Elétrico (ONS), o Ministério do Meio Ambiente, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e à Bolsa de Valores (BM&FBovespa).

Risco de seguros - o Grupo contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar de o Grupo adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, alguns tipo de danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, o Grupo estará sujeito à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para o Grupo.

Risco de construção e desenvolvimento das infra-estruturas - caso o Grupo expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Risco técnico - a infra-estrutura das concessionárias do Grupo é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelo Grupo, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Risco de contencioso - o Grupo está envolvido em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. O Grupo apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

A CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados um cenário provável e dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco de mercado considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

O cenário provável foi definido com base na expectativa da Administração para as variações de taxa de juros e cestas de moedas para o próximo exercício.

O quadro abaixo demonstra os valores dos instrumentos financeiros da Companhia projetados para a data-base de 31 de dezembro de 2011, 03 meses após a data-base de 30 de setembro de

Notas Explicativas

2011. Os valores apurados consideram a manutenção das taxas de juros e cesta de moedas demonstradas abaixo em cada um dos cenários para o período a encerrar-se em 30 de setembro de 2011:

Operação	Exposição (R\$ mil)		Risco	Controladora			Consolidado		
	Controladora	Consolidado		Cenário provável *	Cenário A	Cenário B	Cenário provável *	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros									
Aplicações financeiras	466.822	474.742	Queda da taxa CDI	12.406	9.397	6.328	12.617	9.556	6.435
Total	466.822	474.742		12.406	9.397	6.328	12.617	9.556	6.435
Referência para ativos financeiros:				Cenário provável	-25%	-50%	Cenário provável	-25%	-50%
CDI (%)				11,25%	8,44%	5,63%	11,25%	8,44%	5,63%

* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)		Risco	Controladora			Consolidado		
	Controladora	Consolidado		Cenário provável *	Cenário A	Cenário B	Cenário provável *	Cenário A	Cenário B
Passivo Financeiro									
Empréstimos e financiamentos									
- BNDES	0	3.382	Alta do dólar	0	0	0	59	74	89
- Sindicato	36.641	36.641	Alta da taxa CDI	974	1.206	1.433	974	1.206	1.433
- Debêntures - 1ª emissão	633.363	633.363	-	13.628	16.929	20.191	13.628	16.929	20.191
1ª Série	354.765	354.765	Alta da taxa CDI	9.428	11.672	13.875	9.428	11.672	13.875
2ª Série	278.598	278.598	Alta da taxa IPCA	4.200	5.256	6.316	4.200	5.256	6.316
- Debêntures - 2ª emissão	847.082	847.082	Alta da taxa CDI	22.512	27.870	33.130	22.512	27.870	33.130

Notas Explicativas

- CEF	0	20.042	Alta da taxa CDI	0	0	0	533	659	784
Total	1.517.086	1.540.511		37.114	46.005	54.753	37.707	46.738	55.626
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%	Cenário provável	25%	50%	
CDI (%)			11,25%	14,06%	16,88%	11,25%	14,06%	16,88%	
Cesta de moedas **			0,0340	0,04256	0,05108	0,0340	0,04256	0,05108	
IPCA (%)			54	7	0	54	7	0	
			0,50%	0,63%	0,75%	0,50%	0,63%	0,75%	

* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11,25% e IPCA médio estimado de 0,50% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente.

** Com relação à Cesta de Moedas, o critério adotado para o cálculo do cenário provável contempla uma variação entre a cotação do dólar prevista pelo mercado para 30/12/2011 (1,73) e o dólar de 30/09/2011 (1,8544), ou seja, de -6,71%. Esta variação é aplicada integralmente sobre a cotação da UMBNDES de 30/09/2011 (0,036503), devido à grande participação que o dólar possui em sua composição.

Composição da Cesta de Moedas

US\$	96,46%
Iene	3,54%
Euro	0,01%

Vale ressaltar que na elaboração da análise de sensibilidade a Companhia considerou como fatores de risco para os instrumentos financeiros o CDI e a Cesta de Moedas. Os empréstimos indexados à TJLP não foram apresentados, visto que a Companhia não considera esse indexador como fator de risco.

25 Receita operacional líquida***Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica***

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de “Contas a receber de clientes e recebíveis de concessão de serviços”.

Abaixo apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/9/2011	30/9/2010
Operação e manutenção	191.082	178.532
Remuneração dos recebíveis de concessão de serviços	628.351	445.705
Construção	1.275	718
Outras Receitas Operacionais (a)	32.587	46.698
Receita	<u>853.295</u>	<u>671.653</u>
PIS e COFINS	(30.557)	(23.209)
ISS	(29)	(41)
Quota para RGR e P&D	(24.337)	(19.845)
Deduções da receita	<u>(54.923)</u>	<u>(43.095)</u>
Receita operacional líquida	<u>798.372</u>	<u>628.558</u>

(a) Refere-se basicamente à receita de subvenções fiscais (Novatrans e TSN) – R\$32.181, à receita de prestação de serviços da Taesa Serviços referente ao back-office da ETAU e Brasnorte – R\$302, e à receita de comissionamento para acesso a rede básica (Brasnorte) – R\$105.

26 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Receitas financeiras:				
Renda de aplicação financeira	42.295	22.092	41.841	4.588
Variação monetária ativa	284	12.262	51	-
	<u>42.579</u>	<u>34.354</u>	<u>41.892</u>	<u>4.588</u>
Despesas financeiras:				
Encargos de dívidas	(138.776)	(111.529)	(134.952)	(33.502)
Variação monetária passiva	(14.650)	(10.513)	(14.066)	(1)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas (a)	(2.743)	(2.577)	(2.558)	(1.625)
	<u>(156.169)</u>	<u>(124.619)</u>	<u>(151.576)</u>	<u>(35.128)</u>
	<u>(113.590)</u>	<u>(90.265)</u>	<u>(109.684)</u>	<u>(30.540)</u>

(a) Refere se a despesas bancárias, custos com empréstimos e impostos e contribuições calculados sobre as demais receitas.

27 Compromissos assumidos

Notas Explicativas

Operação e manutenção da linha - Com exceção das concessionárias abaixo descritas, todas as outras concessionárias do Grupo realizam as atividades de operação de manutenção de linhas de transmissão e subestações com recursos próprios.

- ETAU - Parte da atividade é realizada pela CEEE e parte pela Eletrosul; e
- Brasnorte - 100% das atividades realizadas pela Eletronorte.

Aspectos ambientais - A política nacional do meio ambiente determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra, de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

O Grupo Taesa adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos: econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”).

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Dentre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nestes documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão.

Compensação Ambiental - Os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

IBAMA - A Taesa (Interligação LT 500 kV Norte-Sul II) cumpriu com todas as obrigações de Compensação Ambiental, cuja aplicação, em Unidades de Conservação nos estados por onde passa a LT Norte-Sul II, totalizou em R\$ 6.042. A TAESA (Interligação LT 500 kV Norte-Sul II) está em processo de prestação de contas dos recursos desembolsados junto ao ICMBio .

Em 04 de agosto de 2011 foi celebrado o termo de compromisso entre a ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Gestão Financeira pela Caixa Econômica Federal - CEF), no valor de R\$ 236 para aplicação indireta, via CEF, e o total de R\$ 95 para aplicação direta na empresa já contratada que executará

Notas Explicativas

o serviço de Plano de Manejo na Floresta Nacional de Passo Fundo - RS. Em 2011 a ETAU aplicará o montante de R\$ 331, finalizando assim o cumprimento de sua Compensação Ambiental junto ao ICMBio no valor total de R\$ 655.

FUNAI - Encontra-se em andamento a celebração, junto à FUNAI_DF, do Termo de Compromisso, negociado previamente com a FUNAI_RS, que visa liquidar as obrigações da ETAU relativas à Compensação Ambiental pela influência indireta da LT Campos Novos - Santa Marta sobre a Terra Indígena Carreteiro ("TI Carreteiro"). Por meio deste acordo, será aplicado o valor de R\$ 790 em equipamentos e atividades, conforme a necessidade estabelecida por representantes da Comunidade Indígena. Destaca-se que o processo de compensação devido à FUNAI pela concessão Taesa (Interligação LT 500kV Norte-Sul II) está em negociação junto à Fundação.

Por meio da emissão da Ata da 379ª Reunião da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, datada de 26 de setembro de 2011, foi homologada a decisão da Procuradoria Federal de Barreira – BA, que decidiu pelo arquivamento do processo de Compensação Financeira da TAESA (Interligação LT 500kV Sudeste-Nordeste) junto à FUNAI, que discutia a interferência do empreendimento em reserva indígena. A FUNAI e o Ministério Público Federal concordaram que o empreendimento TAESA (Interligação LT 500kV Sudeste-Nordeste), por impactar indiretamente na reserva indígena Avá-Canoeiros – GO, não necessita realizar ações indenizatórias. Com o arquivamento do processo supra descrito, dar-se-á por atendida, a condicionante específica 2.1 da Renovação da Licença de Operação n.º 287/2002 da TAESA (Interligação LT 500kV Sudeste-Nordeste).

A Taesa (Interligação LT 500kV Norte-Sul II) continua em negociação com a FUNAI/DF com o intuito de celebrar o Acordo de Compensação. A previsão é que este acordo seja celebrado em 2012.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental - Todas as concessionárias do Grupo Taesa desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações. Dentre os temas executados, destacam-se os listados abaixo:

- (i) prevenção e controle de queimadas;
- (ii) convívio seguro com as Linhas de Transmissão; e
- (iii) orientações básicas sobre os melhores procedimentos de descarte de resíduos/lixo.

Ressalta-se que os projetos são desenvolvidos e apresentados por meio de palestras, visitas informativas, distribuição de materiais de divulgação em escolas rurais e nas comunidades vizinhas as instalações.

Os Projetos Socioambientais, que compõem o programa ambiental de cada concessão, em sua maioria, são desenvolvidos pelas concessionárias de forma a atender demandas estabelecidas por meio de condicionantes das Licenças Ambientais ou vinculadas ao processo de Operação e Manutenção ("O&M") das instalações das Companhias - manutenção de faixas de servidão.

28 Outras informações

Notas Explicativas

Novo Estatuto Social da Taesa – Em 26 de agosto de 2011 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que teve por finalidade: (i) a adequação às disposições do Novo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (ii) atribuir ao Conselho de Administração poderes para definir as declarações de voto em quaisquer assembleias gerais de qualquer sociedade da qual a Companhia seja acionista, e a orientação de voto em quaisquer reuniões dos conselhos de administração das tais sociedades; (iv) outorgar à Diretoria poderes para autorizar a prática de determinados atos nas sociedades em que a Companhia é acionista; e por fim, (v) tornar mais clara a forma de representação da Companhia perante terceiros.

Percentual de Participação da Taesa na Brasnorte - Com o intuito de retratar de forma mais precisa a distribuição das ações que compõem o capital social da Empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A., o percentual de participação de cada acionista passou a ser indicado com quatro casas decimais, ao invés de duas, como era feito até então. Com relação à acionista Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa, sua participação passou a ser de 38,6645%, o que antes era 38,67%.

Receita retroativa Brasnorte - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 3.255, de 09 de agosto de 2011, decidiu, conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte) contra o Despacho SCT nº 2.398/2010, exarado pelo Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da ANEEL, mediante o qual, não foi reconhecida a data de 24 de setembro de 2009, como a de entrada em operação integral das instalações de transmissão de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão n. 003/2008-ANEEL. A Brasnorte pretende acionar a ANEEL, administrativamente, a fim de solicitar a receita parcial de uma das partes do empreendimento que estava disponível ao Sistema Interligado Nacional (SIN) na data de entrada em operação comercial, qual seja 24 de setembro de 2009. Desta forma, como os recursos administrativos/judiciais de direito da Brasnorte ainda não foram exauridos na totalidade, torna-se impossível, citar neste momento, qualquer posicionamento da ANEEL, firmado por meio do Despacho nº 3.255/2011.

Melhoria dos processos - Em julho de 2011, a Taesa iniciou o Programa de Melhoria Contínua que visa criar ações que busquem melhorar o desempenho da Companhia. A primeira ação foi a contratação da INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial para implantar um sistema de Gerenciamento de Processos por meio de técnicas e ferramentas que auxiliem na análise e no monitoramento dos processos.

Prazo de recomposição do percentual mínimo de ações em circulação - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com base no § 4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada, divulgou aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados que recebeu em 01 de julho de 2011 correspondência eletrônica enviada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, deferindo o pedido de extensão de prazo para a Companhia atingir o percentual mínimo de ações em circulação de 25% das ações (“Percentual Mínimo de Ações em Circulação”), conforme requerido pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa (“Regulamento”), por meio de uma oferta pública de distribuição de ações.

De acordo com a correspondência, a recomposição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação pela Companhia, nos termos do Regulamento, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

A Companhia deverá, ainda, manter em circulação no mercado, no mínimo, o percentual apresentado atualmente de 4,72% do capital social total até a sua recomposição. Caso as ações em circulação atinjam patamar superior a 4,72%, em qualquer momento durante o prazo acima mencionado, não será permitida a redução desse patamar, até que seja ultrapassado o percentual de 25%, quando então passará a observar o disposto no Regulamento.

Novas aquisições - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”) vem, com base no § 4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 369/02 e nº 449/07, divulgar aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados que celebrou com o Grupo ABENGOA, em 02 de junho de 2011, dois Contratos de Compra e Venda de Ações, sendo o primeiro para aquisição de 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, será titular, na data do fechamento da operação, de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das transmissoras STE - Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A., e o segundo Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. (que, conjuntamente com a STE - Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A., serão doravante denominadas as “Transmissoras”).

A Companhia pagará pela aquisição em tela, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$ 1.099.224.000,00 (um bilhão, noventa e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), referente à data-base de 31/12/2010.

O preço da aquisição será corrigido pela variação acumulada da SELIC entre a data-base de 31/12/2010 e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação, quando ocorrerá o pagamento e a efetiva aquisição das ações pela Companhia. O preço de aquisição será ajustado com os proventos, aumentos ou reduções de capital que tenham ocorrido entre a data-base e a data da conclusão da operação.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela Companhia estarão sujeitas à ocorrência de condições suspensivas, destacando-se: (i) aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia, (ii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iii) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

A operação foi aprovada em 26 de agosto de 2011 pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia e em 11 de agosto de 2011 pelo CADE por meio de ata de julgamento, que foi publicada no D.O.U em 12 de agosto de 2011.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento desta operação conforme esta seja desenvolvida.

Reforços em Ibicoara e Sapeaçu - Em 07 de junho de 2011, por meio da resolução autorizativa nº 2.946, a ANEEL autorizou a Companhia a realizar reforços em suas instalações para melhorar o atendimento do fornecimento de energia na região Nordeste Para remunerar esses investimentos, a Companhia terá direito a parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$ 9.227 conforme descrito no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Empreendimento	Valor da RAP
SE IBICOARA Adequação do arranjo de barramento do pátio em 500 quilovolts (kV)	R\$ 1.729
SE SAPEAÇU Instalação de um Compensador Estático 230 quilovolts (kV)	R\$ 7.498
Total	R\$ 9.227

Os prazos para entrada em operação comercial desses reforços variam entre 18 e 24 meses. Os reforços autorizados para as instalações da Taesa estão previstos na Consolidação de Obras da Rede Básica, no período 2011 a 2013. Os valores correspondentes às novas parcelas de RAP das empresas são considerados a partir do início de operação comercial dos reforços, com base na vida útil dos equipamentos.

Implantação da SOX - Lei Sarbanes Oxley - A Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig negocia ações na New York Stock Exchange (NYSE) e por esta razão é obrigada a se adequar à lei norte-americana Sarbanes Oxley Act (SOX), que visa garantir a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas, incluindo ainda regras para a criação de comitês encarregados de supervisionar suas atividades e operações, de modo a mitigar riscos aos negócios, evitar a ocorrência de fraudes ou assegurar que haja meios de identificá-las quando ocorrem, garantindo a transparência na gestão das empresas. Após o advento da OPA - Oferta Pública de Ações, ocorrido em 06 de maio de 2010, a TAESA tornou-se individualmente significativa nas Demonstrações Financeiras da Cemig, contribuindo com percentual superior a 5% no lucro antes dos impostos e no ativo consolidados de sua controladora. Como consequência, a Companhia ficou obrigada a iniciar a implantação de uma estrutura de controles internos e procedimentos estabelecidos pela SOX, com escopo reduzido, de forma a contribuir com a certificação de sua controladora Cemig. Os controles internos relativos ao exercício de 2010 foram testados pela auditoria interna da Taesa e revisados pelos auditores externos responsáveis pela certificação dos controles SOX da Cemig - KPMG Auditores Independentes, sem que nenhuma deficiência de controle fosse encontrada.

Avaliação de Desempenho - Atentos à missão da Taesa, a estratégia do negócio e aos valores de nossa organização, consideramos a Gestão do Desempenho uma ferramenta essencial para alinhar os resultados do trabalho individual aos objetivos pretendidos pela Companhia.

Assim, em nosso ciclo de avaliação realizado em 2011, referente ao desempenho no ano de 2010, os colaboradores tiveram a oportunidade de se auto-avaliar, serem avaliados pelos seus gestores, e avaliar seus gestores.

Para a Taesa, o desempenho avaliado refere-se a uma expectativa ou um padrão de comportamento estabelecido. É objetivo da Gestão do Desempenho entender como o colaborador está em relação a essa expectativa. Para o gestor, é uma oportunidade de conversa franca e direta sobre o que precisa ser ajustado com o seu colaborador, bem como melhorar a comunicação com a equipe. Para o colaborador, permite conhecer seus pontos positivos e aqueles que precisam ser desenvolvidos.

Pagamento da PLR - Bônus - O Programa de Remuneração Variável da Taesa está alinhado às práticas de mercado, com um diferencial que é a valorização do PLR (Participação nos Lucros e

Notas Explicativas

Resultados) sobre o Bônus. Assim, não há uma “supervalorização” dos bônus gerenciais em detrimento do programa de participação nos lucros.

Para tal, cada colaborador sabe claramente quais são os objetivos da Organização e o quanto eles estão alinhados com o planejamento estratégico da Companhia, dando a cada um dos colaboradores a dimensão e importância de sua atuação.

Fechamento dos Acordos com Sindicatos - A Taesa possui relacionamento transparente com os Sindicatos vigentes, cujas relações são definidas em Acordo Coletivo.

A Taesa acredita que, por meio da comunicação eficaz e do bom relacionamento entre as partes ocorre a descoberta do interesse mútuo que resultará na elaboração de uma gama de acordos possíveis sempre em benefício para os colaboradores.

No 1º trimestre de 2011 a Taesa e um de seus Sindicatos ajustaram entre si a adesão, com aceitação dos colaboradores, do regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas, na forma de que dispõe a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Parcela Variável - Os principais eventos contabilizados na parcela variável, no período de janeiro a setembro de 2011, ocorreram nas concessões NVT e TSN. Na Novatrans o principal evento ocorreu no SVC da subestação de Serra da Mesa em função de uma interrupção não programada de 163 minutos no mês fevereiro de 2011. Já na TSN, o principal evento ocorreu na linha de transmissão que liga Serra da Mesa à Rio das Éguas totalizando 84 minutos de interrupção não programada no mês janeiro de 2011. A provisão contabilizada para os referidos eventos foi de R\$ 2.530.

Reforços Brasnorte - A Resolução Autorizativa nº 2.128, de 06 de outubro de 2009, autorizou a Brasnorte Transmissora de Energia S/A a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade (subestações de Brasnorte e Juba), bem como estabeleceu os valores das parcelas da Receita Anual Permitida. Os empreendimentos derivados dos reforços tinham como prazo de conclusão 16 meses, contados de 19 de outubro de 2009. A Portaria nº 444, de 18 de novembro de 2009, aprovou o enquadramento de projetos de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.274.998/0001-97, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. A habilitação da empresa para operar o REIDI foi formalizada através do Ato Declaratório Executivo RFB nº 119, de 14 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010.

O valor da nova receita anual é de R\$1.992 cujo recebimento se iniciou em março de 2011. A implantação do reforço foi concluída em 19 de fevereiro de 2011.

Aumento de capital na Brasnorte - Em 23 de agosto de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária autorizou o aumento de capital na Empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A. A Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no valor total de R\$ 12.000 e individualmente correspondentes ao percentual de suas respectivas participações conforme descrito a seguir:

	Taesa	Eletronorte	Bimetal	Total
10 de fevereiro de 2011		-	930	930
14 de fevereiro de 2011	3.093	3.977	-	7.070
15 de agosto de 2011	-	1.988	-	1.988

Notas Explicativas

29 de agosto de 2011	-	-	465	465
30 de agosto de 2011	1.547	-	-	1.547
	<u>4.640</u>	<u>5.965</u>	<u>1.395</u>	<u>12.000</u>

Com os recursos recebidos, a Brasnorte efetuou pagamentos referentes ao Contrato EPC com a Bimetal Engenharia e Construção/Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda - R\$ 3.728, Contrato EPC com a Taesa Serviços - R\$ 607, Mútuo com a TAESA - R\$ 2.700 e outros pagamento operacionais.

Certificação ISO 9001:2008 - Em 12 de outubro de 2009 a Companhia obteve, por meio da empresa certificadora Bureau Veritas, a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade - ISO 9001:2008, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. nas concessões Novatrans Energia S.A. e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A., abrangendo o seguinte escopo: Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica.

No período de 30/03 à 01/04/2011 houve a Auditoria de Manutenção e foi constatado que o Sistema de Gestão da Qualidade está implementado dentro dos requisitos da Norma ISO 9001:2008, mantendo assim a Certificação ISO 9001:2008. Em 01 de abril de 2011, o Órgão Certificador enviou relatório recomendando a manutenção da certificação.

Relatório Socioambiental ANEEL 2010 - Em 28 de abril de 2011 foram encaminhados à ANEEL, em atendimento ao Despacho 3034/2006, os Relatórios Socioambientais da Taesa, ETAU e Brasnorte referentes ao exercício de 2010. Os relatórios são enviados anualmente à ANEEL, até o último dia do mês de abril de cada ano, e seu objetivo principal concentra-se na demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, que evidenciem sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, mediante incorporação do conceito de um serviço público socialmente responsável.

29 Eventos subsequentes

Reforço - Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II - O Reforço no Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II, foi aprovado por meio da Resolução Autorizativa nº 2.626/10, que autorizou o recebimento, pela TAESA, de uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$148. Na sequencia, por entender que o valor autorizado para a execução do empreendimento não se adequava ao orçamento apresentado pela TAESA, foi apresentado um recurso à diretoria da ANEEL, pleiteando a aprovação do orçamento previamente apresentado pela Concessionária, bem como, a adequação do valor da RAP. Por sua vez, em 27 de abril de 2011, a ANEEL aceitou o recurso apresentado pela TAESA, emitindo a Resolução Autorizativa nº 2.855/2011 que ajusta o valor da RAP da TAESA - referente ao Reforço CE BJL II, para R\$332. Na mesma data, foi expedida a Portaria nº 271/2011, por meio da qual, aprova-se o enquadramento do Reforço do CE BJL II da TAESA no REIDI.

O reforço foi concluído em 13 de outubro de 2011, data anterior a estabelecida na Resolução Autorizativa nº 2.626/10, 30 de novembro de 2011.

Notas Promissórias – A Reunião do Conselho de Administração de 04 de outubro de 2011 e a Assembléia Geral Extraordinária de 10 de outubro de 2011, ambas da Taesa, aprovaram a quarta emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de

Notas Explicativas

R\$5.000, perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$1.400.000, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação. Os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias serão utilizados para a aquisição de ativos de propriedade do Grupo Abengoa, pela Companhia, bem como para reforço do caixa da Companhia e, se necessário, pré-pagamento de dívidas das sociedades controladas da Companhia.

Finame - Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou, junto ao Banco Santander, a Cédula de Crédito Bancário – BNDES FINAME PSI – Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi.

Em 28 de outubro de 2011 ocorreu a liberação dos recursos no valor de R\$ 755, com as seguintes características:

- Sub-crédito A: R\$ 587 e Sub-crédito B: R\$ 168
- Prazo e Data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de novembro de 2011 e o 1º vencimento de amortização em 15 de setembro de 2013; a última parcela será paga em 15 de agosto de 2021.
- Remuneração:
 - Sub-crédito A: 8,70% ao ano;
 - Sub-crédito B: TJ462 + 3,20% ao ano.

Pagamento de dividendos – Em 31 de outubro de 2011 foi paga a 2ª parcela dos dividendos relativos ao exercício de 2010 e lucros acumulados até 2009 (vide nota explicativa 19). Foram pagos R\$ 333.414, permanecendo o valor de R\$1 em posse da Companhia, relativo aos acionistas que não disponibilizaram os dados de conta corrente para recebimento de dividendos.

Novas aquisições – Em 1º de novembro de 2011, a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.184, anuiu a transferência de controle societário da Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. – NTE, detido pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. para a empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA.

Notas Explicativas

Diretoria	
Nome	Cargo
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Djalma Bastos de Moraes	Cristiano Corrêa de Barros
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loure Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
Isacson Casiuch	Carlos Alberto Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Luis Carlos Saciloto Tadiello	Antonio de Pádua Barbedo
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Maurício Luis Luchetti (Independente)	Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Thereza Cristina Nogueira de Aquino (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Jorge Kalache Filho	Luiz Ricardo da Câmara Lima

Notas Explicativas

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Eduardo Alexandre Dutra Zimmermann	Cláudio Canalis Goulart
Clayton Ferraz De Paiva	Ana Paula Moraes Venâncio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Eduardo Cysneiros de Moraes	Paulo Nobrega Frade

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/P
CPF nº 778.993.777-49

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram realizados pela KPMG Auditores Independentes.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011 não foram prestados outros serviços pelos seus auditores independentes, que não os relacionados à revisão das informações contábeis intermediárias.

CVM – BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC SP-197193/O-6 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, 10.º andar, sala 1003 (parte), na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 3º trimestre de 2011, findo em 30 de setembro de 2011. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2011.

Eduardo Alexandre Dutra Zimmermann

Clayton Ferraz de Paiva

Eduardo Cysneiros de Moraes

José Maria Rabelo

Jorge Khoury Hedaye

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2011, findo em 30 de setembro de 2011, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2011.

José Aloise Ragone Filho
Diretor Superintendente Geral

Domingos Sávio Castro Horta
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes o 3º trimestre de 2011, findo em 30 de setembro de 2011, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2011.

José Aloise Ragone Filho
Diretor Superintendente Geral

Domingos Sávio Castro Horta
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico